

Congresso Nacional da Federação Única dos Petroleiros
MANTER ACESA A CHAMA DA RESISTÊNCIA
11 a 13 de agosto/ 1995
Serra Negra - SP

Comissão Organizadora

Pela FUP

Antônio Carlos Spis
Sérgio Pereira dos Santos
David Soares de Souza
José Geraldo Saraiva Pinto
Clarkson do Nascimento Araújo

Pelo Sindipetro - SP

José Samuel Magalhães

Pelo Sindipetro - Mauá

José Aparecido Barbosa

1º CONFUP

ÍNDICE

Regimento Interno _____	02
<u>Análise de Conjuntura Internacional e Nacional/ Balanço da Campanha contra as Reformas Neoliberais da Constituição</u> _____	09
Tese 1 - SINDIQUÍMICA/BA,SINDIPETROS/ SP/ CAMPINAS/ MAUÁ E SÃO.JOSÉ DOS CAMPOS _____	09
Tese 2 - SINDIPETROS/ SE e AL _____	13
Tese 3 - STIEP/ES _____	20
Tese 4 - SINDIPETRO/MG _____	24
	30
<u>Resoluções</u>	
Sindicalismo e Ação Sindical	30
Princípios e/ou Bandeiras _____	30
Campanhas, lutas e táticas a serem desenvolvidas no cotidiano através dos Sindicatos, FUP e CUT _____	31
Terceirização	45
Aposentados	48
Saúde, Segurança, Meio Ambiente	49
Calendário de Lutas _____	52
Pauta de Reivindicações _____	53

1º CONFUP

Congresso Nacional da Federação Única dos Petroleiros
MANTER ACESA A CHAMA DA RESISTÊNCIA
11 a 13 de agosto/ 1995
Serra Negra - SP

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I – DA CONVOCAÇÃO E REALIZAÇÃO

ARTIGO 1º. – A Federação Única dos Petroleiros convoca o 1º CONGRESSO NACIONAL DA FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS – CONFUP, a ser realizado no Hotel Fazenda Vale do Sol, município de Serra Negra, Estado de São Paulo, nos dias 11, 12 e 13 de agosto de 1995.

CAPÍTULO II – DOS OBJETIVOS

ARTIGO 1º – O CONFUP terá por objetivo:

- a) Discussão e deliberação das teses e propostas ao temário referido no artigo 3º.;
- b) Interação entre os delegados no campo político, ideológico e cultural, pautando-se o relacionamento na fraternidade e na ética da classe trabalhadora;
- c) A solidariedade ao movimento operário nacional e internacional.

CAPÍTULO III – DO TEMÁRIO

ARTIGO 3º. – O CONFUP, para cumprir os seus objetivos, discutirá e deliberará sobre o seguinte temário:

Comissão 1 – Análise de Conjuntura
Temas: Internacional e Nacional

1º CONFUP

Balanço da Campanha contra as reformas neoliberais da Constituição
Desafios e Diretrizes

Comissão 2 – Sindicalismo e Ação Sindical

Temas: Balanço da Campanha Reivindicatória 94/95
Debates sobre Organização Sindical
Metas e Ações Sindicais

Comissão 3 – Políticas Específicas

Temas: Saúde e Segurança do Trabalho
Tecnologia
Meio Ambiente
Terceirização
Aposentados

CAPÍTULO IV – DA ORGANIZAÇÃO

ARTIGO 4º. – a organização do Congresso será desenvolvida pela Comissão Organizadora, composta pelos diretores da FUP: Spis, Sérgio, Rosemberg, Clarkson, David, Geraldo, do Sindipetro São Paulo: José Samuel e do Sindipetro Mauá: Barbosinha.

Parágrafo Único – A mesa diretora do Congresso será composta por cinco elementos eleitos entre os delegados sendo um Presidente, dois Secretários e dois Relatores, cabendo:

- a) ao Presidente, dirigir os trabalhos;
- b) aos Secretários, fazer as inscrições e controlar o tempo;
- c) aos Relatores, a elaboração do Relatório Final do 1º CONFUP.

CAPÍTULO V – DA DIVULGACAO

ARTIGO 5º. – A FUP, num prazo máximo de 30 dias, deverá divulgar as Resoluções do Congresso, quando serão encerrados os trabalhos da Comissão Organizadora.

CAPÍTULO VI – DOS DELEGADOS

ARTIGO 6º. – Os Delegados ao Congresso serão eleitos em Assembléias Gerais e/ou Congressos Regionais, ou eleitos nas suas bases, especificamente convocados pelos sindicatos do Setor Petróleo filiados à FUP até 02/08/95, segundo os critérios do artigo 7º.

Parágrafo Único - Os Membros da Diretoria Executiva da FUP serão delegados natos ao I CONFUP, conforme parágrafo 7º. do Artigo 14 do Estatuto da FEDERAÇÃO.

1º CONFUP

ARTIGO 7º. – O número máximo de Delegados será definido pelo seguinte critério, de acordo com a base de representação sindicalizada, de cada sindicato participante:

Critério: Número de Sindicalizados	Delegados Eleitos
Até 1000	12
de 1001 a 2000	16
Acima de 2000	16 mais 1 a cada 360 Sind.

Parágrafo 1º – Os delegados suplentes eleitos para o I CONFUP deverão estar inscritos junto à Comissão Organizadora, até o dia 03 de agosto de 1995, via documento ou fac-simile.

Parágrafo 2º – Serão inscritos delegados suplentes para substituição à ausentes da chapa em que se elegeram.

Parágrafo 3º – Os delegados suplentes poderão ser credenciados, em substituição aos delegados efetivos, até 2 (duas) horas após o encerramento das inscrições. Os delegados suplentes deverão ser inscritos e credenciados obedecendo a ordem decrescente enviada pelos sindicatos.

Parágrafo 4º – Delegados suplentes poderão se inscrever no horário normal de inscrição, caso haja desistência mediante documento assinado, dos delegados efetivos.

Parágrafo 5º – O delegado só poderá participar, com direito a voz e voto da comissão para a qual foi indicado, quando do credenciamento.

CAPÍTULO VII – DAS TESES E MOÇÕES

ARTIGO 8º. – As teses e moções terão que ser aprovadas em pelo menos uma Assembléia ou Congresso Regional, devendo ser inscritas na Comissão Organizadora até o dia 02 de agosto de 1995.

Parágrafo 1º – as teses que não forem enviadas à FUP até o dia 02 de agosto de 1995, não serão aceitas.

Caberá aos sindicatos que não cumprirem o prazo, reproduzirem as teses.

Parágrafo 2º – As teses deverão ser gravadas no sistema Word e enviada em dois disquetes, como também sua impressão.

Parágrafo 3º - As moções deverão ser atinentes a questões de interesse geral dos trabalhadores.

Parágrafo 4º – As moções, para que possam ser submetidas a plenária, devem ter sido apresentadas nas comissões de trabalho, obtendo 1/3 (um terço) dos votos dos delegados presentes na hora da votação e apresentadas devidamente redigidas.

Parágrafo 5º – As teses somente poderá tratar dos assuntos constantes do temário, estando a Comissão Organizadora desobrigada de reproduzir qualquer tese, no todo ou em parte, que não conste do temário.

1º CONFUP

CAPÍTULO VIII – DO FUNCIONAMENTO, DO CREDENCIAMENTO E INSTALAÇÃO

ARTIGO 9º. – O funcionamento do 1º CONFUP deverá obedecer a seguinte programação:

DIA 11/09 (Sexta-Feira)

08 às 22h : Credenciamento

10 às 13h : Abertura solene

13 as 15h: Almoço

15 às 20h: Eleição da mesa diretora, Regimento Interno e discussão sobre a Tese Guia.

DIA 12/09 (Sábado)

08 às 12h : Prazo final de credenciamento

08 às 12h: Trabalho nas Comissões

12 às 14h: Almoço

14 às 19h: Trabalho nas Comissões

19 às 20h: Jantar

21 às 22h: Painel sobre Terceirização

DIA 13/08 (Domingo)

08 às 13h: Plenária Final, eleição do Conselho Fiscal da FUP e encerramento.

CAPÍTULO IX – DAS DISCUSSÕES E VOTAÇÕES

ARTIGO 10 – Cada Delegado, devidamente credenciado, terá direito a 1 (um voto).

ARTIGO 11 – As votações nas comissões de trabalho e sessões plenárias serão feitas levantando-se os crachás de votação.

Parágrafo 1º – A conferência dos resultados das votações, tanto nas sessões plenárias quanto nas comissões de trabalho, será feito por contraste que, em caso de dúvida, a critério da mesa, serão conferidos individualmente por credencial.

Parágrafo 2º – Não serão permitidos votos por procuração.

Parágrafo 3º – Serão convidados pela mesa diretora, quando necessário 4 (quatro) delegados para contarem os votos dos participantes da plenária.

ARTIGO 12 – Nas comissões de trabalho somente será permitida a discussão da matéria constante da pauta e com intervenções de, no máximo 3 (três) minutos.

ARTIGO 13 - Todo delegado que desejar intervir nas comissões de trabalho, deverá se inscrever previamente junto a mesa, e o fará segundo a ordem de inscrição.

1º CONFUP

Parágrafo 1º – A inscrição para uso da palavra, será feita com a entrega do crachá de delegado na mesa dos trabalhos, que obedecerá a ordem de chegada.

Parágrafo 2º – As inscrições se encerrarão ao final da palavra do quinto orador.

ARTIGO 14 - O sistema de votação nas sessões plenárias, será o de maioria simples.

ARTIGO 15 – Nas comissões de trabalho as propostas vencidas que obtiverem 1/3 (um terço) dos votos dos delegados presentes na hora da votação, serão encaminhadas à Plenária para votação, juntamente com a proposta vencedora.

ARTIGO 16 – Na sessão plenária, durante a leitura dos relatórios das comissões de trabalho, a mesa diretora anotarás as propostas conflitantes nos grupos de trabalho. Em seguida colocará em discussão proposta por proposta, abrindo-se 01(uma) intervenção para cada proposta e, se necessário, abrir-se-á mais 1 (uma) intervenção a cada uma, antes da votação do relatório final do grupo, no tempo máximo de 5 (cinco) minutos cada.

Parágrafo 1º. – Qualquer delegado poderá solicitar a mesa “Questão de Ordem”; “Questão de Esclarecimento” ou “Questão de encaminhamento”, limitado a 1 (um) minuto.

Parágrafo 2º. – Qualquer delegado poderá solicitar à mesa “Declaração de voto”, após ter se absterido na votação e será limitado a 1 (um) minuto e até 3 (três) delegados por votação.

CAPÍTULO X – DAS COMISSÕES DE TRABALHO E DA PLENÁRIA

ARTIGO 17 – Cada comissão estabelecerá suas próprias normas de trabalho, sujeitas, porém, aos dispositivos deste Regimento Interno.

Parágrafo Único - Cada comissão de trabalho será instalada por um membro da Comissão Organizadora e, dentre os seus delegados, elegerá uma mesa composta por um Coordenador, um Secretário e um Relator. Ao Coordenador caberá dirigir os trabalhos, ao Secretário, redigir a Ata e controlar as inscrições e os horários e ao Relator, fazer o relatório e apresentá-lo na Plenária.

ARTIGO 18 – As Comissões de Trabalho serão formadas pelos delegados devidamente credenciados e visivelmente identificados pelos crachás.

ARTIGO 19 – Os delegados integrantes das comissões poderão apresentar emendas de caráter aditivo, supressivo ou modificativo, assim como, aprovar ou rejeitar, total ou parcialmente, as propostas, teses e moções que lhes forem submetidas.

Parágrafo Único - Será obrigatório o encaminhamento das emendas por escrito, em formulário próprio, integrante da pasta do delegado.

ARTIGO 20 – As comissões de trabalho adotarão o título de assunto para a qual foi instituída a pauta, o que dará um total de três comissões.

1º CONFUP

ARTIGO 21 – A plenária é órgão máximo e soberano do 1º CONFUP e será composta pelos delegados devidamente credenciados e visivelmente identificados pelos crachás.

Parágrafo 1º. - A plenária só poderá modificar, aprovar ou rejeitar, em parte ou totalmente este Regimento, na sua primeira sessão.

Parágrafo 2º. – A plenária poderá aprovar ou rejeitar, na sua totalidade, as deliberações das comissões de trabalho, na segunda sessão.

Parágrafo 3º. – Serão vedadas emendas modificativas ou aditivas de segunda sessão da plenária.

CAPÍTULO XI – DOS OBSERVADORES

ARTIGO 22 – A Comissão Organizadora poderá credenciar observadores com direito a voz, até 3 por sindicato, e sem direito a voto, previamente apresentados pelos sindicatos e pela FUP.

Parágrafo Único - Também poderão ser credenciados, a critério da Comissão Organizadora, todos os assessores, com direito somente a voz, quando solicitados pela Mesa de trabalho, ligados as entidades do movimento sindical e sindicatos dos petroleiros tais como: DIEESE, DIESAT, etc., previamente apresentados pelos sindicatos ou pela FUP.

CAPÍTULO XII – DAS DESPESAS

ARTIGO 23 – As despesas do 1º CONFUP serão de responsabilidade dos sindicatos e rateados proporcionalmente entre os sindicatos, tendo como base o número de delegados eleitos nas assembléias, independente do número de delegados efetivamente credenciados. As despesas rateadas são as que envolvem transporte e despesas da infraestrutura do 1º CONFUP, tais como, alimentação, papel, transporte e hospedagem.

Parágrafo Único - Não estão contempladas no rateio as despesas efetuadas pelos sindicatos sem autorização da Comissão Organizadora.

ARTIGO 24 – Todas as delegações participantes do 1º CONFUP deverão estar em dia com suas obrigações financeiras junto a FUP.

Parágrafo 1º. - Os sindicatos em débito deverão quitar suas dívidas até 10/08/95.

Parágrafo 2º. – Não serão aceitos pagamentos individuais por delegados.

CAPÍTULO XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 25 – Os horários e prazos definidos neste Regimento Interno serão rigorosamente observados pela Comissão Organizadora.

1º CONFUP

ARTIGO 26 – Caberá à Comissão Organizadora, a centralização do recebimento das informações dos sindicatos e manter os respectivos controles documentais e financeiros.

Congresso Nacional da Federação Única dos Petroleiros
MANTER ACESA A CHAMA DA RESISTÊNCIA
11 a 13 de agosto/ 1995
Serra Negra - SP

ANÁLISE DE CONJUNTURA INTERNACIONAL E NACIONAL

Sobre o Ponto 1 do Temário que tratava sobre: Análise de Conjuntura Internacional e Nacional e Balanço da Campanha contra as Reformas Neoliberais da Constituição. O Congresso encaminhou que, as diferentes interpretações sobre a Conjuntura Internacional e Nacional não seriam Resoluções, mas sim, contribuições ao debate na Categoria Petroleira.

Portanto, foram credenciadas para publicação, junto a Mesa Coordenadora dos trabalhos do primeiro ponto da pauta do Congresso as seguintes Teses:

Tese 1

SINDIQUÍMICA/BA, SINDIPETROS/ SP/ CAMPINAS/ MAUÁ e SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Conjuntura Internacional

O mundo em mudanças

1. A globalização da economia mundial, a produção automatizada, as novas técnicas de gerenciamento de empresas, as mudanças no papel do Estado, e uma brutal reestruturação produtiva, são as marcas deste tempo contemporâneo.

2. Para o capital estas transformações resultam em acumulação e crescimento de poder, enquanto que para os trabalhadores resulta na redução da importância da força de trabalho na produção, aumento da opressão e distanciamento dos trabalhadores dos centros de poder.

Reestruturação Produtiva, o Papel do Estado e o Aumento da Miséria

1º CONFUP

3. O desenvolvimento técnico-científico não é novidade. Até hoje, porém, o trabalho não desapareceu. A sabedoria e a inteligência pertencem à humanidade, e não ao capital. Este se apropria do conhecimento gerado pelo homem e o utiliza em seu benefício.

4. O homem tem o poder de criar e, através de seu esforço, inteligência e trabalho, transformar a natureza e o que nela existe em seu próprio benefício e de uso social. Entretanto, não somente o trabalho, mas também a criação humana tem sido vítimas da dominação capitalista.

5. Com o avanço tecnológico, as multinacionais adquiriram capacidade de gerenciamento e controle sobre pesquisa, produção e comercialização. Capacitaram-se a expor de modo mais objetivo as vantagens comparativas a nível mundial. Nesse sentido procuram vantagens comparativas tais como: mercado de trabalho desregulamentado, baixos salários, benefícios reduzidos, além de colocarem em concorrência os Estados e os trabalhadores de diversos países.

6. Assim os Estados acabam perdendo a autonomia política e decisória. Com a globalização são levados a reduzir impostos e submeter suas políticas e legislações à lógica da nova ordem, ou presenciam a fuga de capitais.

7. Nos países do Terceiro Mundo essa busca de maior competitividade e de inserção na economia globalizada tem resultado em fenômenos dramáticos, como a concentração de renda, a ampliação do desemprego e do mercado informal e a supressão dos direitos trabalhistas e sociais. Em países como o México, Venezuela, Chile e Argentina que surgiram políticas neoliberais de desmonte do Estado, induzidos pela política do FMI e do Banco Mundial, com a abertura da economia, a flexibilização e desregulamentação das relações do trabalho, trouxeram graves conseqüências aos trabalhadores e ao movimento sindical.

8. Com esta predominância da ideologia capitalista, os prejuízos para os trabalhadores, principalmente nos países periféricos são ainda maiores, pois a burguesia nativa age combinada com o capitalismo internacional e o Estado molda-se a esta situação emergente, despojando-se de seu caráter nacional.

O Capitalismo e suas contradições

9. O Capitalismo vive uma nova fase de expansão e de arranjo internacional, o que não significa que esteja completamente estabelecido, ao contrário, ele vive uma crise. Por isso necessita de modernizar-se, tanto nas forças produtivas (acumulação e produção de mais valia) quanto na política (forma organizacional de exercer o poder).

10. No campo político o Capital vive também em contradição, pois para modernizar-se busca o fim do que denominamos de “conservadorismo político”, ou seja, o fim do papel do Estado com caráter nacional. Entretanto, o Capital ainda não encontrou quem exerça a função que hoje cabe ao Estado. Ainda não encontrou quem se ocupará das desgraças que o Capital promove, como o desemprego e a miséria.

1º CONFUP

11. No campo das forças produtivas, a contradição é parte da sua natureza. Na medida em que se moderniza gera mais desemprego. Quanto mais acumula, mais expropria e gera miséria. Sem acumular e sem produzir a mais valia, o Capital não se revela. Essa contradição se evidencia, por exemplo, na necessidade que hoje o Capital tem de, para voltar a crescer e de diminuir o custo do Estado, suprimir direitos sociais já conquistados, como o que ocorre nos países onde se praticava o chamado “estado de bem estar social”. Essa contradição também aparece na medida em que a “modernidade” das novas tecnologias reduzem o tempo necessário para se produzir um determinado produto, e dentre outras causas, geram o desemprego estrutural em massa.

12. Os blocos econômicos são mais uma das contradições históricas do capitalismo, pois nada mais são do que blocos de Estados associados à burguesia nacional e internacional que buscam reservas de mercado e protecionismo com leis que regulam e dificultam a entrada de mercadorias e capitais externos.

O neoliberalismo

13. Na busca de sua modernização para superar a crise vivida, o Capital cria o que se convencionou chamar de neoliberalismo. Um modelo que se caracteriza pela redução do papel do Estado, concentração brutal de renda, desregulamentação e redução dos direitos sociais.

14. Nos países ricos ou centrais, este sistema piorou a distribuição de renda, sucateou os serviços públicos e ocasionou a perda de direitos sociais já conquistados. Nos países pobres ou periféricos, tem levado ao aumento expressivo da miséria e a perda da soberania nacional. O México o mais recente exemplo das consequências desta política. Para o México só sobraram os mexicanos.

15. Apesar destas tentativas e das vitórias de governos conservadores como os do Brasil, Argentina e França, a crise persiste. Até mesmo a vitória de governos conservadores se deu muito mais pela dominação da ideologia capitalista (meio de comunicação, planos estabilizantes e falsas promessas) do que por opção ideológica, pois revoltas operárias, greves setoriais ou nacionais ocorrem constantemente nesses países.

16. Na verdade esses governantes representam a busca do fim do tal “conservadorismo político”. Eles seriam os responsáveis de abrir caminhos para a nova fase de acumulação capitalista, porém estes governantes ainda persistem e elege-se propondo políticas daquele Estado conservador. Por isso não se caracteriza como contradição à eleição ou reeleição daqueles governantes com propostas conservadoras, mesmo o país vivendo as consequências das políticas neoliberais.

Polarização ideológica e luta pelo socialismo

1º CONFUP

17. A falta de resposta às suas contradições e o aprofundamento das crises nos países pobres com perda acentuada de direitos sociais, tem levado o capital a mascarar a disputa ideológica e dar caráter apenas reivindicatório ao que estão contra a ordem.

18. Até mesmo nos conflitos internacionais tem destaque apenas os que marcam uma disputa de mercado, de território ou de etnia (Peru X Equador, Sérvia X Bósnia, etc.), enquanto os conflitos que marcam a disputa ideológica, são abafados, como o de Chiapas no México.

19. Em todo o mundo, e até mesmo nos países centrais, explodem revoltas sociais. A greve geral da Argentina, e também na Bolívia com decretação de estado de sítio, movimento estudantil na França, greve geral na Espanha, e a greve dos petroleiros no Brasil, entre outros movimentos sociais, marcam a resistência à implantação de políticas ditas modernizantes.

20. Ideologizar as disputas, é tarefa do movimento sindical e dos partidos de esquerda. Não podemos perder a visão histórica das idéias libertárias do socialismo.

Conjuntura Nacional

21. Ancorado num plano de estabilização econômica e um discurso que tinha o social como prioridade, FHC sagrou-se presidente. Sua eleição é mais uma consequência histórica de um projeto político. Prova disso é que este fenômeno não ocorreu apenas no Brasil. Na Argentina, no Peru, na França, entre outros, foram países onde forças políticas conservadoras sagraram-se vitoriosas. A sociedade ainda vê fôlego no estado de coisas presente.

22. Os impactos do mundo também ecoam no Brasil. Crise nos partidos políticos de esquerda, existência de grupos sociais que defendem as políticas conservadoras – pois delas subsistem – e a formação de uma grande aliança política tornaram-se fatores favoráveis ao sucesso eleitoral.

O alinhamento de FHC ao projeto neoliberal

23. No exercício do poder político, FHC fez concessões, alianças, pratica o fisiologismo e ataca ferozmente o movimento sindical. Com isso, tenta garantir um leque de apoio de partidos políticos conservadores para aprovação de suas medidas liberalizantes (MP dos salários, quebra dos monopólios estatais, flexibilizar e eliminar direitos sociais e a previdência social, etc.), enfim, cumprir a política do chamado “Consenso de Washington”. Também dentre seus objetivos está garantir a governabilidade após a aplicação dessas medidas, posto que ao assumir, FHC abandona seu discurso de palanque e aplica a política do neoliberalismo.

24. A formação do bloco de partidos políticos conservadores a eliminação das organizações sindicais e populares que se opõem às suas políticas, é a garantia de transição do fim do estado conservador e da aplicação da reestruturação produtiva. FHC tem tido sucesso, até aqui, nesta nova ordem social.

1º CONFUP

25. No campo econômico, o governo segue as regras da estabilização econômica tendo como base à reserva financeira da balança comercial, o ajuste do câmbio, as altas taxas de juros e arrocho do crédito. Essa política se completa com as medidas de desregulamentação das relações capital X trabalho, para possibilitar o avanço da reestruturação produtiva e a aplicação da tese do Estado Mínimo, sem caráter de regulador social, nem financeiro.

O Poder Judiciário

26. Os trabalhadores já não podem conviver com a postura e o papel da Justiça do Trabalho. O que se vê é uma justiça vinculada ao projeto do governo, que tem no Tribunal Superior do Trabalho, o maior sustentáculo desta visão, capitaneada pelo Ministro Almir Pazzianoto representante do governo e empresários naquela instituição. Outro problema crucial para a sociedade é o poder normativo que tem a Justiça do Trabalho, o que depõe contra os princípios da democracia, tese esta defendida até por alguns juizes desse país. Faz-se necessário uma campanha pelo **FIM do TST** e do **PODER NORMATIVO DA JUSTIÇA DO TRABALHO**.

Construir a Greve Geral

27. O Brasil, assim como outros países da América Latina, vive um processo de profundas transformações, objetivando inserir o país no processo de globalização da economia. Para tanto, o governo FHC usa de vários expedientes como: reforma constitucional, medidas provisórias, normas judiciais, onde o Legislativo e o Judiciário se rendem ao Executivo em troca de favores, anistia de débitos e distribuição de cargos públicos.

28. O governo, ainda no objetivo de viabilizar e implementar o projeto neoliberal avançou contra os setores organizados da sociedade, no sentido de aniquilá-los, em especial o movimento sindical (espinha dorsal do movimento organizado), com a ausência do Judiciário e Legislativo. Várias medidas foram adotadas que vão desde o engessamento dos sindicalistas através do Legislativo, até a intervenção via multas aplicadas pelo Judiciário.

29 – Frente a esse quadro conjuntural, até o presente momento, não conseguimos responder aos avanços do governo, ocorrendo, apenas lutas corporativas, na maioria, salariais dos servidores públicos e trabalhadores em estatais, como foi a greve de maio de 1995, que iniciou intercategorias e acabou acabaram restando apenas os petroleiros.

30. É necessário que o movimento sindical saia da atuação corporativa e junto com outros setores da sociedade implemente ações gerais e de massa, construindo dessa forma, a resistência ao projeto neoliberal.

1º CONFUP

31. Entendemos que tal resistência passa necessariamente pela construção de uma GREVE GERAL, pois as condições conjunturais já apontam a necessidade de realizá-la, como forma de contrapor ao projeto neoliberal e ideologizar a disputa, na sociedade, contra a política do governo FHC. Para isso propomos:

Que a CUT conclame outros setores da sociedade, como o MST, OAB, CENTRAL DOS MOVIMENTOS POPULARES, UNE, UBES e os excluídos, e coordene eventos Estaduais e nacionais para discutir a construção da GREVE GERAL, a fim de implementá-la.

Tese 2

SINDIPETROS/SE e AL

Análise de Conjuntura Nacional

A crise da economia capitalista mundial

1. A recente reunião do chamado Grupo dos 7: Estados Unidos, Alemanha, Japão, França, Itália, Inglaterra e Canadá, inicialmente convocada para discutir saídas para a crise da economia mundial acabou resumindo-se à discussão de como evitar que a quebra de um país, mesmo do 3º. Mundo como o México, não leve pelo efeito dominó, à queda de um ou mais países do bloco que controla a economia mundial.

2. Os Estados Unidos, alegando que na crise mexicana, desembolsou US\$ 20 bi e ainda teve que pressionar o FMI por mais US\$ 17,8 bilhões, avisou que não está mais disposto a pagar a conta sozinho. Por isso propôs e o Grupo dos 7 aceitou ampliar o caixa do FMI para US\$ 58 bi. Em contra partida ao aumento do caixa o Grupo dos 7, exige maior controle do FMI sobre os países e os mercados financeiros.

3. Tal resolução implica em limitar ainda mais as soberanias dos países do 3º. Mundo e liberdade para aplicar as políticas neoliberais através das privatizações, terceirizações e a abertura dos mercados aos produtos daqueles países.

Mesmo assim a crise se agrava

4. Outro tema que esquentou a reunião G-7 foi à guerra Comercial entre os Estados Unidos e o Japão, com o vencimento em 28 de junho, do prazo dado pelos americanos para que os japoneses aceitassem as cotas de importação de autopeças americanas. Caso os japoneses não aceitem, os americanos põem em vigor um imposto sobre as importações de carros japoneses onde o Japão vai perder US\$ 6 bi.

5. Durante a reunião em que, os 7 grandes buscavam como cobrar a conta da crise dos pequenos eclode entre eles a grande contradição capitalista que, para manter a hegemonia

1º CONFUP

sobre os outros países eles têm que se comer uns aos outros. De quebra se protegem com aumento de alíquotas enquanto exigem diminuição nos países do 3º. Mundo.

6. Enquanto as sete grandes potências se reuniam, a Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgava suas previsões para a economia mundial. Previsão para os sete mais ricos

% CRESCIMENTO DO PIB			% CRESCIMENTO DA INFLAÇÃO		
1994	1995	1996	1994	1995	1996
3	2,8	2,6	1,7	1,8	2,3

7. Lá com a queda do PIB a inflação sobe. Cá para conter a inflação tem que derrubar o PIB.

8. O desaquecimento da economia dos sete grandes é puxado pelas crises dos Estados Unidos e do Japão. Nos EUA o PIB caiu no 1º trimestre do ano de 5,1% em 1994 para 2,7% em 1995.

9. O Japão atravessa o mais longo período de queda dos indicadores econômicos desde a década de 30.

10. Seu PIB cresceu no 1º. trimestre de 1995 apenas 0,1% em relação ao mesmo período de 1994.

11. Preocupado, o governo japonês tenta reaquecer a economia com um “pacotão” de investimentos públicos de US\$ 38 bi. Em contrapartida, no Brasil, os defensores dessa política exigem cortes nos gastos públicos. O lema deles é: Façam o que eu digo...

Conjuntura Nacional

O Brasil e a crise

12 – FHC voltou de sua viagem aos Estados Unidos, mais disciplinado do que nunca pelo FMI. Dentro do receituário neoliberal aplicou a política do é dando que se recebe no Congresso, e acelerou o que pôde as reformas e as privatizações. Ao custo de R\$... bilhões fez aprovar as quebras dos monopólios do gás canalizado, navegação de cabotagem, telecomunicações e petróleo, além de quebrar o conceito de empresa nacional.

1º CONFUP

13 – Passado o único período de resistência que foi a greve dos petroleiros, passou o rolo compressor no Congresso nas duas votações da quebra do Monopólio Estatal de Petróleo, 364 a 147 na 1ª. votação e 360 a 141 na 2ª., e fechou o capítulo da ordem econômica das reformas. O custo desta aprovação dá para se ter uma idéia pelo gasto na quebra do monopólio do petróleo. Nos primeiros dias de junho, perdeu a bancada ruralista nada menos que R\$ 1 bilhão, demonstrando a subserviência do Executivo às chantagens de parlamentares que colocaram seus interesses acima da própria Revisão Constitucional. A imprensa noticiou que o gasto daquela votação foi de R\$ 4,5 bilhões. Para a 2ª. votação da PEC-06 (Proposta de Emenda Constitucional), só de financiamentos para o meio rural pelo Banco do Brasil foi de 3,5 bilhões em empréstimos à juros de 3%. Tudo isto para quebrar um patrimônio de superfície de 130 bilhões.

14. Sentido-se fortalecido, com o Congresso e o Judiciário nas mãos, com oposição suprimida, o governo investe voluntariamente contra os trabalhadores. Através da MP dá uma paulada nos salários com o fim do IPCr, a chamada desindexação. Ao contrário dos países “modernos” quer garantir a estabilidade econômica pelo arrocho salarial e não pelo crescimento do PIB. A tal medida desindexa apenas os salários e mantém indexados preços e contratos. Quem novamente sai ganhando são os banqueiros e grandes empresários, pois além do arrocho real, vem aí a recessão e o desemprego.

15. Mas os ataques do governo não param no arrocho salarial. O Governo quer acabar com os direitos e conquistas históricas dos trabalhadores asseguradas na Constituição, como: férias, décimo terceiro salários, licença maternidade e FGTS. Já está acatando o direito de greve e a liberdade sindical como demonstra a ofensiva contra os petroleiros e os sindicatos.

16. Como se não bastasse, o Governo anuncia para depois do recesso, a reforma do Estado com o fim da aposentadoria por tempo de serviço, fim da estabilidade do funcionário público e a privatização da Previdência.

As dificuldades do Governo

17. O primeiro grande problema de FHC é o cenário internacional. A crise mexicana feriu estruturalmente os planos “à lá Real”. Na Argentina o Plano Cavallo vive uma crise seríssima. Igual ao México, a Argentina vê suas reservas sumirem. Afundada numa recessão sem precedentes, está a beira da falência.

18. O segundo problema é que com a política recessiva para segurar a inflação e a queda das reservas cambiais está abrindo fissuras em setores que lhe dão sustentação. Um exemplo disso foi à derrubada do tabelamento de juros em 12% que provocou gritaria em setores da burguesia. Outro exemplo é a queda do nível de emprego em grandes centros, juntamente com a queda das vendas. Segundo a FIESP o nível de emprego em São Paulo está em queda pela sexta semana consecutiva e mais de 16.000 trabalhadores foram demitidos.

19. Um terceiro problema é a crise do setor agrícola, que mesmo tendo garantido uma grande safra este ano, já admite o comprometimento da safra de 1996. As constantes ocupações de

1º CONFUP

sedes do BB e bloqueio de estradas com tratores por agricultores do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, unindo-se a agricultores de vários estados, ocuparam Brasília dia 18 de junho, comprovando a falência do Plano Real numa demonstração histórica de protesto ao Plano Neoliberal, por segmento da sociedade que apoiou a eleição de FHC.

20. As vendas de fazendas nestes estados, somado ao crescente número de falências e concordatas na indústria e no comércio (São Paulo), são problemas que FHC e sua política neoliberal não conseguem esconder.

Quebradeira do Real

	JUNHO 1994	MAIO 1995
Cheques sem fundo	377 mil	1420 milhão
Cheques protestados	321 mil	703 mil
Concordatas	55 mil	276 mil

Construir as condições da Greve Geral

21. No momento em que escrevemos essa proposta somos conscientes das dificuldades para que pudéssemos recorrer à essa forma de luta. Passado o momento da greve unificada há muita desigualdade no processo de mobilização das categorias, diversidade na compreensão da situação atual, e não temos elemento motivador que foi o enfrentamento desencadeado pelos petroleiros.

22. No entanto, é papel da Central, principalmente dos sindicatos, trabalharmos para superar essas dificuldades para que possamos construir as condições para essa greve geral para enfrentarmos o governo. Não podemos ficar sentados, olhando para cima esperando cair do céu.

23. Trabalhar para criar essa condição é em primeiro lugar definirmos que há necessidade frente aos ataques do governo – de realizar a greve e discutir isso com todas as entidades, com o movimento popular, os sem terra, etc.

24. É preciso realizar uma campanha permanente, ampla e mobilizando todos os recursos da Central, de denúncias do governo, suas políticas e conseqüências dela para os trabalhadores e a população. Denunciar o ataque aos sindicatos e desenvolver uma intensa atividade de solidariedade aos petroleiros e suas entidades, para dar sustentação a luta imediata dos companheiros e para mostrar que é uma política do Governo para todos aqueles que lutam (vide as multas para metroviários de São Paulo, rodoviários de Campinas, de Belo Horizonte, e etc.) e que tem que ser derrotada.

1º CONFUP

25. É preciso abrir e realizar com intensidade essa discussão na base de cada categoria, sobre a necessidade da Greve Geral para defender o salário, o emprego, os direitos sociais e a própria existência da organização dos trabalhadores.

26. O momento das campanhas salariais é importante para essa discussão, temos que mostrar aos trabalhadores que a luta de sua categoria acaba sendo parte dessa luta mais geral contra a política do governo. Unificar as campanhas é decisivo em momentos como esse em que lutas isoladas dificilmente obterão vitória. Devemos desencadear, por outro lado, a solidariedade em todas as categorias, aos companheiros que estão em luta, pois a luta é uma só.

27. É preciso buscar a articulação com os movimentos populares, os trabalhadores autônomos, o movimento estudantil, os sem terra, pois essa luta não é só dos trabalhadores organizados nos sindicatos.

28. Por último é preciso orientar e construir um calendário nacional de mobilização e manifestação que construam a identidade nacional e única desse movimento para que possamos canalizá-lo para uma Greve Geral, com manifestações de rua e participação de toda a população.

29. Sabemos que alguns vão dizer que não basta a direção da CUT querer, para que aconteça tudo isso.

30. Estamos propondo que esse debate se dê nas assembleias dos sindicatos e nas plenárias preparatórias à Plenária nacional da CUT. E confiamos que, como fruto desse processo de debates no interior de nossa Central, e na base de cada categoria, avançaremos na construção e implementação de uma política para derrotar FHC e seu projeto neoliberal.

31. Quanto ao caráter da GREVE, desde a sua convocação ela seria de caráter POLÍTICO-ECONÔMICO (REIVINDICATÓRIO), lembrando os eixos: contra o arrocho salarial, contra as reformas neoliberais de FHC, e pelo cumprimento do acordo assinado e não cumprido.

32. A greve concebida para ser unificada foi construída como fruto da jornada de lutas “em defesa da cidadania e direitos dos trabalhadores contra as reformas neoliberais de FHC”. O centro da política e da ação da Central, definida na reunião de Março em Brasília era construir a resistência aos projetos do governo, mobilizando os trabalhadores. Foi, portanto, um movimento organizado pela Central, conjuntamente com as entidades do setor, e a CUT cumpriu neste março um papel importante no apoio e na solidariedade que foi desenvolvida à greve.

33. No entanto, a central cometeu vários erros que acabaram por incidir em maior ou menor medidas contra o movimento. O primeiro foi a resolução aprovada no início da greve (reunião da nova direção nacional da CUT, dias 3, 4 e 5 de maio) que mudou o eixo de atuação da Central. Deixou de ser a constituição da resistência e passa a ser a defesa das “reformas populares”.

1º CONFUP

34. Essa resolução é equivocada politicamente, pois ao se tomar à defesa das reformas populares, adotando como tática central à apresentação e discussão com a “sociedade” das propostas da CUT, acaba por colocar-nos nos mesmos marcos da reforma constitucional que o governo está promovendo. E foi uma resolução inoportuna, pois foi adotada no início da greve que se organizou tendo como um dos seus eixos justamente a luta contra as reformas neoliberais de FHC. Isso gerou confusão no ativismo em todo o país e evidentemente prejudicou politicamente o movimento.

35. O outro erro foi não ter aprovado a convocação de uma paralisação nacional de 24 horas durante a greve, mesmo que não conseguíssemos uma greve de todas as categorias, poderíamos ter potencializado a solidariedade nacional e fortalecido a jornada de luta contra o governo. Ao nosso ver essa discussão foi conseqüência, entre outras, da mudança de rota que se iniciou na reunião da direção nacional no início de maio.

36. Declarações do presidente da CUT, Vicentinho, tiveram repercussão negativa na imprensa. Faltou uma ação mais efetiva para unificar as lutas que estavam ocorrendo ou por ocorrer, tendo em vista que uma vitória de nossa categoria poderia significar a vitória da classe trabalhadora. No que diz respeito à declaração na imprensa deve-se ressaltar também as críticas feitas por Lula e por alguns parlamentares do PT à nossa greve. Isso gerou descontentamento na base e ajudou a campanha política pelo isolamento da greve que o governo estava fazendo.

37. Damos importância à análise desses erros não só pela incidência que tiveram sobre a greve. Poderia se alegar que mesmo que não houvessem ocorrido esses erros o resultado da greve seria o mesmo, pois fundamental teria sido a dureza com que o governo encarou o movimento.

38. Não há como assegurar se teríamos ou não um resultado diferente agora que a greve já terminou. No entanto, a razão fundamental que nos leva a dar peso à esse elemento de balanço é que nós achamos que eles são fruto de uma opção estratégica da maioria da direção da CUT.

39. Essa estratégia de luta por reformas populares parte de uma análise de que os trabalhadores já estariam derrotados e que a implantação do projeto neoliberal seria um fato dado, não adiantando mais a luta contra ele. Essa compreensão equivocada vai acabar levando a que – de fato – se abandone o programa da CUT para a sociedade (porque já estaria derrotado) e nos leve a ser a “ala crítica do programa do governo e do neoliberalismo”, buscando “melhorar” aspectos “mais humanos” dele.

40. Em nossa opinião essa é a explicação de fundo para os erros cometidos pela maioria da direção da CUT e é evidente que vai nos levar a outros erros cada vez mais graves se não for revertida essa situação. A resolução da última reunião da Executiva Nacional da CUT (28 e 29/06) já descarta completamente a Greve Geral, para o período, pois considera impossível os trabalhadores recorrerem a esse método de luta depois das derrotas que sofreram em frente à força muito grande que o governo teria nesse momento.

1º CONFUP

41. Ao contrário, o caminho que as direções dos sindicatos, da FUP e da maioria da CUT devem traçar para derrotar neoliberalismo é unir os trabalhadores e mobilizá-los em torno de um projeto oposto ao governo FHC. Que coloque o reajuste mensal de salários contra a “livre negociação”, a redução da jornada de trabalho sem diminuição de salários, contra a recessão e o desemprego, e coloque a defesa das estatais e do serviço público contra a privatização e o estado mínimo entreguista e capacho do imperialismo, entre outros.

Tese 3

STIEP/ES

COMBATER O NEOLIBERALISMO COM O MOVIMENTO DE MASSAS

Conjuntura Internacional

1. A situação mundial é a defensiva do capital contra as forças do socialismo. Se, por um lado, a burguesia consegue tirar proveito da chamada “revolução técnico-científica, desenvolvendo novas formas de produção e aumentando a exploração através dos mecanismos da “reestruturação produtiva”, das diversas formas de precarização do trabalho e da supressão de conquistas sociais, por outro lado vem se mostrando impotente para viabilizar minimamente uma economia marcada pela especulação e ainda pelo peso dos recursos advindos de atividades ilícitas ou informais.

2. De outro lado, a crise da economia mexicana desmistifica o clima de panacéia com que as elites venderam, no continente latino-americano, as políticas do “ajuste estrutural”. A partir daí, os questionamentos aos dogmas neoliberais já não mais podem ser atribuídos, impunemente, a “delírio de radicais” ou de nacionalistas “a lá anos 50”. Ademais, a explosão da luta do povo de Chiapas, dirigida pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional, colabora para dar visibilidade e infundir confiança na possibilidade de uma contraposição popular às políticas que, objetivamente, conduzem a desconstrução das soberanias nacionais em nosso continente.

3. Em todo mundo a implementação do neoliberalismo tem sido acompanhada de violações e graves restrições a elementares direitos democráticos e à própria democracia burguesa: a censura na Inglaterra, as invasões de Granada e Panamá, a guerra do golfo, as “Forças de Paz”, norte americanas, a agudização do bloqueio a Cuba, a decretação do estado de sítio na Bolívia, o autoritarismo do governo mexicano, as práticas e o conluio do governo argentino com os resquícios do regime militar, a conduta do governo de Fernando Henrique e a utilização do Exército contra os trabalhadores das estatais brasileiras são apenas alguns exemplos.

1º CONFUP

4. A política do governo brasileiro é parte da ofensiva mundial do neoliberalismo que tem por objetivo consolidar um patamar superior da dominação burguesa e desarticular o movimento socialista. Fernando Henrique adota a política de ajuste estrutural do FMI. Volta-se para colocar em prática as idéias do Estado Mínimo, de quebra dos monopólios estatais do petróleo, telecomunicações e energia, bem como de supressão das conquistas sociais do povo brasileiro. Visa sufocar ao mesmo tempo as alternativas de luta dos trabalhadores e qualquer projeto socialista de organização da sociedade.

5. O objetivo das classes dominantes com o Governo Fernando Henrique é superar a sua crise de direção à frente do Estado, desarticulando – pela repressão, pelo isolamento e pela cooptação – o campo democrático popular, especialmente os sindicatos e a CUT. Ele busca, ainda e simultaneamente, aprofundar a implementação do “ajuste estrutural”, promovendo uma estabilização conservadora da economia; implementar vitoriosamente sua reforma constitucional; radicalizar a mercantilização dos serviços públicos e, assim, abrir caminho para um novo ciclo de dominação, calcado num modelo econômico-social que integra uma minoria da população ao mercado, aos bens e serviços as custas da exclusão da maioria do povo.

6. Para implementar seus objetivos, o governo e a coligação conservadora PSDB/PFL/PTB/PMDB/PP contam com sua inserção na esfera estatal e na sociedade civil, incluindo segmentos dos trabalhadores. Contam também com retaguarda e a boa vontade do imperialismo. Nesse sentido, a vitória do projeto neoconservador significou, a abertura de um novo período da luta de classes em nosso país, com traços até então inexistente e que exigirá das forças populares uma postura que materialize em sua prática o abandono das ilusões na “modernidade neoliberal” e das ambigüidades que vem marcando a trajetória de certos setores do movimento.

7. Nova direita e das forças do capital: baixa densidade programática do voto no Brasil; a existência de um conjunto relativamente importante de eleitores que não votou em candidaturas conservadoras; o fato de que o “plano real” não enfrenta as questões de fundo de nossa sociedade e nem as causas básicas da inflação (as gigantescas dívidas externas e internas, o poder dos oligopólios, a estrutura fundiária, e etc.); as contradições decorrentes da linha de implantação das reformas, num contexto em que a oposição democrática e popular e acumulou mais forças do que em outros países do nosso continente; a complexidade da formação social brasileira, cujos problemas de fundo não serão resolvidos com o engodo das chamadas “políticas sociais compensatórias”, através da “Comunidade Solidária”, as dificuldades oriundas de medidas de privatização e de desregulamentação sobre a capacidade de regulação do Estado.

8. No caminho do “ajuste estrutural”, o governo Fernando Henrique e as classes dominantes terão ainda que se confrontar com as turbulências que ameaçam a sua criatura: o plano real. Concebido com o objetivo de realizar a “estabilização conservadora” - segundo prazos e rítmicos destinados a viabilizar a eleição de Fernando Henrique – o plano passa a enfrentar importantes obstáculos, que são visíveis no alto custo da cesta básica em comparação ao valor nominal do salário mínimo, nas fantásticas taxas de juros que as autoridades são obrigadas a manter; na permanente tensão com que a atual equipe econômica acompanha o nível de

1º CONFUP

consumo e de atividade econômica; as medidas recessivas; na sobre-apreciação do câmbio, inflação crescente, balanço de pagamento em queda no oitavo mês consecutivo, etc. Tudo isso se articula obviamente com as causas estruturais da inflação, que as políticas de inspiração neoliberal apenas tangenciam: o pagamento da dívida externa e interna, a estrutura fundiária do país, o predomínio dos monopólios privados.

9. Mas não só, nisso esgotam-se as dificuldades da gestão das turbulências “do real”. Permanece irresolvido o problema da dívida interna que vai continuar pressionando o governo e administração do plano de várias formas:

- a) Por que é um fator de irresolução da questão fiscal posto que, com juros em níveis siderais, aumentam as despesas com o serviço da dívida;
- b) Por que persiste a enorme desproporção entre a economia real e a riqueza de papel; esta última condenada a permanecer na esfera da especulação porque impedida de tornar-se ativo real (de comprar bens) sob pena de introduzir pressões por aumento de preços da economia;
- c) Por que, dadas orientações (neoliberais) de déficit zero ou do orçamento superavitárias, reduzem as disponibilidades do governo para atendimento aos serviços básicos, pressiona-se à perpetuação da política de arrocho dos salários do funcionalismo, constituindo, assim, em fator de múltiplas pressões.

10. Mas, um novo ciclo burguês, que seja compatível com o figurino do “Consenso de Washington” passa, ainda, ente outras coisas por desconstitucionalizar o país – especialmente no que toca ao capítulo da ordem econômica da Constituição Federal, eliminando tudo que obstaculize a completa institucionalização do espaço econômico do país, ou aquilo que sinalize vestígio de regulação dos movimentos dos oligopólios. Requer também uma redução ao máximo da intervenção estatal da produção, bem como na aceleração das privatizações (no que está previsto levar de roldão empresas como a Vale do Rio Doce, conglomerado Eletrobras e o que ainda resta na área petroquímica) com o álibi, em particular, de reduzir a dívida pública. Mas as diretrizes do imperialismo passam também pela reforma fiscal (incluindo aqui a chamada “questão federativa”) a reforma da previdência – com destaque para a redução dos benefícios, incluindo o fim da aposentadoria por tempo de serviço: a reforma tributária; a reforma do Estado.

11. Coloca-se, porém como obstáculos mais ativos, nesta conjuntura, as pretensões das forças do capital, a disposição de mobilização dos trabalhadores e a vaga grevista que o país assistiu em reação ao rebaixamento do nível de vida, ao ataque a direitos e conquistas e ao sucateamento das empresas e serviços públicos. É, em boa medida desse movimento social que claramente despotencializado pela maioria da direção da CUT que depende o futuro do país enquanto nação soberana. A heróica greve dos petroleiros, a despeito de duramente reprimida pelo governo mostra a disposição de resistência às políticas de destruição da nação. Esta vaga grevista serviu para desmascarar o governo que em apenas 5 meses deixou claro suas intenções, a quem pretende beneficiar, a quem pretende prejudicar. A extrema bondade com os ruralistas e a utilização dos tanques nas refinarias não deixou dúvidas. A máscara democrática de Fernando Henrique não se sustenta mais no meio dos setores organizados da população.

1º CONFUP

Sobre a tática do movimento democrático e popular

12. A atuação dos setores democráticos e populares deve ter como objetivo central impedir a vitória do projeto neoliberal em nosso país. Esse objetivo requer adoção de uma clara postura oposicionista frente ao governo de Fernando Henrique, em todas as esferas da vida política. Um oposicionismo que deve ter como base o programa democrático e popular, aprofundado e detalhado.

13. Além do desenvolvimento de um conjunto de tarefas, a execução dessa tática demanda a compreensão de que a conjuntura que se abre deve propor aos setores democráticos e populares e aos trabalhadores em especial, o enfrentamento das classes dominantes num momento em que elas estarão tentando deslocar o acento e o maior esforço para operação da dominação de classe, dos aparatos estatais para a esfera da “sociedade civil”. Neste tempo – de crise do socialismo – ao invés de pura e simples em poderosas formas de cooptação. Em lugar da legislação inspirada na entrega da questão social à polícia e à justiça do trabalho, teremos esforço para as grandes “concentrações” e a implementação de formas de organização da produção fundadas, ensinamento fascista para o controle da organização e das lutas dos trabalhadores, intenso esforço para dividir os trabalhadores e o povo, em nome da “democracia” e formas mais “modernas” de organização. Sem aposentar a repressão e a tentativa de desmoralização das lideranças operárias e populares, haverá uma grande valorização da luta ideológica, investimento nas “parcerias” com entidades sindicais e populares. A burguesia, enquadrando como “modernas” as lideranças mais “sensíveis” ao discurso neoliberal – e punir, demonizando com “arcaicas” ou jurássicas, aqueles dirigentes sindicais e lideranças políticas que resistam às teses oriundas do Consenso de Washington. Conforme se coloquem ou não na condição de esquerda que a direita gosta.

14. Para que as disputas no Congresso Nacional – especialmente na atual correlação de forças adversas ao povo – possam resultar positivamente para as maiorias nacionais, é fundamental a mobilização popular contra as propostas de modernização conservadora, embutidas nas emendas e nas propostas governamentais. Trata-se de que, além da resistência, devemos articular uma plataforma com base no programa democrático – popular como forma de acumular no sentido de dar visibilidade a nossa proposta e sedimentar na sociedade a exigência de reformas antagônicas a desconstitucionalização encaminhada por FHC. Uma tática assim requer múltiplos movimentos: sistemáticos e ampla denúncia de cada proposta do governo, o incentivo a apresentação de emendas populares, a recusa de quorum, a obstrução parlamentar, apresentação de emendas, etc. Nessa luta é fundamental estabelecer a exigência que as emendas aprovadas no Congresso sejam submetidas a referendo popular.

Tarefas da tática

15. Evento nacional para elaborar plataforma e calendário de mobilização antineoliberal no enfrentamento ao neoliberalismo, é preciso construir um bloco oposicionista no congresso e na sociedade civil. Para proporcionar maior visibilidade, demonstrar força, unificar e multiplicar ações entre os diversos segmentos oposicionistas, os sindicatos deverão articular e promover,

1º CONFUP

junto com partidos, personalidade e entidades populares, um evento nacional, com participantes enviados pelos mais variados movimentos de cunho democráticos. Tal evento deve elaborar uma plataforma e um calendário de mobilizações antineoliberais, com destaque para defesa dos direitos e conquistas do povo, em defesa da PETROBRÁS, de uma previdência pública, etc. Esse movimento que aposta na unidade popular deve considerar a necessidade de firmar acordos pontuais com setores burgueses eventualmente em divergências com aspectos, formas e ritmos da política dominante.

16. Desenvolver programa democrático e popular: como elemento central no esforço da politização dos movimentos sociais e da luta pela afirmação da sociedade brasileira de uma agenda globalmente contraposta ao neoliberalismo, cabe aos sindicatos empenhar-se para aprofundar, retificar e desenvolver o programa democrático e popular, como alternativa economicamente possível e socialmente justa. Um aspecto central deste esforço é o desdobramento desse programa numa plataforma que contemple as reivindicações dos trabalhadores e do povo. Essa plataforma deve abarcar bandeiras históricas e medidas como:

- a) Suspensão do pagamento da dívida externa;
- b) reivindicações como recuperação das perdas e aumento dos salários, pensões e aposentadorias;
- c) defesa de uma seguridade social pública;
- d) medidas contra o desemprego;
- e) redução da jornada de trabalho sem redução salarial;
- f) controle efetivo da inflação, combate ao lucro especulativo;
- g) alongamento da dívida interna;
- h) reforma agrária e fim da violência contra os trabalhadores rurais e sem terras;
- i) reforma tributária que institua a progressividade, a taxação das grandes fortunas;
- j) democratização dos meios de comunicação;
- l) defesa dos direitos humanos e das liberdades democráticas;
- m) efetivo combate à fome, à miséria e à marginalização social;
- n) defesa das estatais, sempre com a exigência de democratização, modernização e moralização.

17. Enfim, lançar uma alternativa de reorganização da sociedade diferente e antagônica à proposta neoliberal. É sustentando essas orientações, projeto contra projeto, que poderemos disputar e conquistar a hegemonia na sociedade, hoje nas mãos dos neoliberais. Priorizar e construir meios de comunicação, profissional, de circulação nacional e estadual com ideologia socialista implícita.

Tese 4

SINDIPETRO/MG

Introdução

1º CONFUP

1. O Congresso é, sem sombra de dúvida, o evento que reúne todos os segmentos da categoria em torno de um objetivo comum: elaborar e organizar, coletivamente, a melhor forma de avançar no processo de luta por melhores conquistas e no fortalecimento do instrumento essencial aos trabalhadores, que é o Sindicato.
2. O Congresso dos petroleiros não é apenas o momento da elaboração de uma pauta de reivindicações, por mais justa que seja esta. Sua importância está, sobretudo, em permitir a análise do ambiente em que estamos vivendo, bem como todos os acontecimentos que influenciam a nossa realidade, tornando mais fácil ou mais difícil a Campanha Reivindicatória de setembro/95 e as demais lutas. Ao analisarmos a conjuntura do mundo e do Brasil, podemos conhecer e compreender melhor a nossa própria realidade (visando transformá-la, evidentemente), por estar aí inserida e sofrendo as influências diretas e indiretas dos fatores conjunturais determinantes.
3. As modificações do Mundo do Trabalho, seus reflexos no mercado, suas interferências no cotidiano dos trabalhadores, são elementos que influenciam as nossas lutas. A sua correta análise nos permite compreender melhor quais são os nossos verdadeiros inimigos, como também identificar o que é essencial e o que é secundário em cada momento e, principalmente, como formular melhor as nossas reivindicações econômicas, sociais e políticas e, sobretudo traçar a melhor forma de buscá-las. Eis aí o verdadeiro papel no Congresso e de todos os que apostam em fazer avançar a luta da categoria.

Conjuntura Internacional

4. Ao analisarmos o quadro internacional e nacional do momento, partindo do pressuposto de que o Brasil faz parte de um todo, inserido, portanto no contexto atual, que é o modo de produção capitalista – no qual cada nação ocupa um determinado espaço econômico, com função definida. Do ponto de vista capitalista, não existe um país mais desenvolvido e outro mais atrasado, mas sim espaços com suas respectivas funções definidas, que se complementam na realização do capital.
5. A humanidade já presenciou vários momentos econômicos, em outros modos de produção. Neste momento vivemos a era da globalização da economia, onde o Grupo dos 7 Grandes ocupa lugar privilegiado na acumulação da riqueza, restando aos demais a função de complementaridade dessa acumulação. O neoliberalismo surge dessa lógica e na da mais é do que a estratégia de viabilização dessa acumulação do capital, liderado, obviamente, pelo G-7.
6. Os países integrantes do Grupo dos 7 disputam entre si o controle das riquezas do globo e de forma unificada gerenciam a economia e a política dos países periféricos. Estes, de certa forma, sustentam ainda contra tal voracidade a partir das barreiras legais, do conceito de soberania, elementos criados no momento econômico anterior ao neoliberalismo, o que vem dificultando a implementação mais desenfreada dessa lógica imperialista.

1º CONFUP

7. Integra a nova estratégia o Consenso de Washington, que se baseia em alguns pilares como: “Planos Econômicos de Estabilização”, “Reformas Estruturais” e “Retomada dos Investimentos” (na especulação). As conseqüências da aplicação de tal estratégia começam a se tornar mais claras com o colapso do México no final de 1994. A “Estabilização” é na verdade a aplicação de um plano econômico capaz de garantir a continuidade do pagamento de juros e amortizações da dívida externa, via um superávit às custas do corte do custeio e do investimento público, aumento de tarifas públicas e majoração de impostos para a população pobre, além de aprofundamento brutal do arrocho salarial.

8. As “Reformas Estruturais” nada mais são do que a eliminação das barreiras legais de proteção dos países periféricos, com o objetivo de reduzir, nesses países, o papel do Estado como agente econômico, no sentido de amoldá-lo a essa nova lógica ainda mais desnacionalizante. Considera, assim, obviamente, fora de moda o conceito de soberania nacional. As repercussões dessas reformas no cotidiano dos trabalhadores se fazem eclodir através da desregulamentação dos direitos e da flexibilização das leis que disciplinam as relações trabalho x capital.

9. A “Retomada” dos investimentos se constitui de fato na proclamação de fé dos que acreditam no mercado como regulador da economia. O capital estrangeiro que “entra”, nos países periféricos é o capital financeiro que circula o mundo todo, sem o menor controle, em busca de melhores juros. Denominado de capital volátil, não desce à estrutura produtiva e pode migrar livremente para outro mercado mais atrativo, diga-se: com juros ainda mais elevados, a qualquer momento.

10. A aplicação da estratégia neoliberal no México a partir de 1982 trouxe como saldo, após 12 anos, o completo colapso econômico daquele país. O peso, moeda mexicana, foi ancorado ao dólar, tendo como lastro as reservas cambiais. Essas reservas, que já foram da ordem de 30 bilhões de dólares no início do tal plano, chegaram a apenas US\$ 3,48 bilhões em fevereiro/95. A abertura da economia, tão apregoada pelos neoliberais como a saída para atrair os investimentos, provocou o aumento do caos, com o crescimento das importações no México, de 19 para 65 bilhões de dólares, acumulando em 1994 um déficit de US\$ 28 bilhões, que representa a cifra assustadora de 8% do PIB mexicano.

11. Os investimentos estrangeiros, a grande promessa neoliberal, se resumem praticamente ao capital especulativo. Em 1994, dos US\$ 28 bilhões estrangeiros que “entraram” no México, apenas US\$ 5 bilhões foram através de investimentos naquela economia, ainda assim com uma série de ressalvas. O restante compõe o chamado capital volátil, que migrou do México em dezembro/94, quando os juros em outras praças se apresentaram mais vantajosos. Apesar do acordo de 1989, a dívida externa pulou de 89 para quase 160 bilhões de dólares no ano de 1995, mesmo tendo os mexicanos pago US\$ 13 bilhões, a título de juros e amortizações, às custas de mais miséria para o povo.

12. Neste período o governo do México privatizou 938 estatais, das 1.155, e agravou a situação social de seu povo. Ao invés de novas empresas, como prometiam os neoliberais, o que se constata hoje é uma redução da atividade produtiva (desindustrialização), agravada ainda mais a partir da assinatura da NAFTA (ou TLC – Tratado de Livre Comércio),

1º CONFUP

envolvendo os países da América do Norte, com sérios prejuízos para o lado mais frágil e dependente. A atividade produtiva passa a ceder espaço cada vez maior para as importações/especulações, ao mesmo tempo em que 20% dos 86 milhões de mexicanos vivem em estado de extrema miséria e mais de 50% abaixo de linha de pobreza.

13. Os salários decresceram de forma brusca. Em 1980, representavam 36% do PIB. Em 1992, caíram para 27%. Após dezembro/94, o emprego se reduz de forma veloz: só de 1992 até abril/94 houve redução de mais de 200 mil empregos. Enquanto isso, os 24 empresários mais ricos do México controlam 14% do PIB daquele país.

14. ARGENTINA, MAIS UMA VÍTIMA. A Argentina percorre a mesma trajetória do México. Após alguns anos de aplicação do “Plano Cavallo”, o resultado é esse: aumento violento da crise, do desemprego e da miséria, no caminho irreversível da bancarrota do modelo ali praticado, a exemplo do México, e que o capital estrangeiro reservou para os demais países periféricos, notadamente na América Latina, sob a dominação dos Estados Unidos.

15. Aos poucos vamos podendo enxergar mais claramente: o capitalismo enfrenta os mais variados problemas. As crises se avolumam e já não têm mais um caráter cíclico, tornando-se fenômeno permanente e em constante agravamento. O resultado é esse que assistimos: enquanto de um lado aumenta o volume de riqueza na humanidade, essa riqueza se concentra de forma cada vez mais desigual em poucas mãos, agravando ainda mais a violenta disparidade entre ricos e pobres.

16. Esta é a agonia das elites: como poder sossegar sentada sobre tamanha bomba-relógio? Os pobres e miseráveis se multiplicam, inclusive nos países do primeiro mundo, na própria cozinha do G-7, tirando o seu sossego. Por outro lado, a resposta do capital é exatamente a sua ofensiva: busca a “saída” para essa encruzilhada concentrando ainda mais a riqueza socializando nunca a fome, a miséria e o desemprego. O neoliberalismo é, portanto, a resposta das elites no mundo da transferência ainda mais brutal da riqueza para os grandes, em detrimento dos mais fracos.

17. A vida vem confirmando as palavras do valoroso EUZÉBIO ROCHA, Patrono deste Congresso: “não existe povo livre em país dependente”. Ao contrário, a dominação de um país agrava ainda mais as condições de vida de seu povo. Aqueles que, como o México, entre outros, seguiram a trajetória traçada pelo imperialismo, nada têm a festejar, pois só contabilizam mais miséria. Está cada vez mais atual a necessidade das lutas de libertação nacional e social em cada país. Ou lutamos pela nossa emancipação ou afundaremos de vez, como mostram os vários exemplos nos países do terceiro mundo.

18. Enquanto isso, milhões de pessoas em todo o planeta seguem as lutas pela emancipação de seus países e respectivos povos, buscando se libertar da opressão imperialista, em todos os continentes, não apenas nos países periféricos, mas também nos próprios países ricos, que reservam igualmente para o seu povo maior desemprego e miséria.

1º CONFUP

19. A perspectiva dessas lutas, que vão desde as manifestações mais brandas até as insurreições e a guerra civil, em diversas partes do mundo, poderá tomar uma dimensão de proporções incalculáveis e totalmente fora do controle das elites. É preciso, portanto, saber canalizar todo esse potencial de lutas no rumo da libertação social de todos os povos.

20. Está provado que não há o menor interesse, da parte da burguesia, a nível mundial e em seus respectivos países, em libertar o povo do jugo imperialista. Ela está integrada à nova ordem mundial, mostrando até para os mais céticos e ingênuos que, como afirmou Karl Marx, “o capital não tem pátria”. Para os trabalhadores, é preciso enxergar que a tarefa de libertar os seus países não pertence aos ricos, e sim aos marginalizados. É, portanto urgente que a imensa parcela excluída tome para si essa tarefa, sob pena de sofrer cada vez mais o aprofundamento da miséria. Para nós, só existem duas alternativas: ou enfrentar a barbárie e a destruição patrocinada pelo capital, ou construir o reino livre do trabalho, com justiça, ou seja, o Socialismo, como única perspectiva para os que nada possuem a não ser a sua força de trabalho.

Conjuntura Nacional

21. A tentativa de aplicação do neoliberalismo no Brasil, ainda que seja por um projeto antigo e já tenha sido tentado outras vezes, tem início, de maneira mais bem articulada, em 1990, com o governo Collor. Fruto das contradições existentes na sociedade brasileira, inclusive no campo da própria burguesia, esse projeto, ainda que de forma limitada, sofre um duro golpe no processo de derrubada de Collor, através do impeachment, em 92. em 1993 e 1994 as elites voltam à ofensiva e desenvolvem grande esforço no sentido de eliminar as barreiras constitucionais ao controle externo de nossa economia, via a Revisão Constitucional.

22. Fracassadas as duas tentativas – projeto do Collor/Revisão, a classe dominante articula nova estratégia para viabilizar a lógica neoliberal no Brasil. Assim, as eleições/94 vão representar um momento privilegiado de sua tática. A aplicação do “Plano Real”, a candidatura de FHC e a utilização consensual da grande mídia, capitaneada pelo Sistema Globo são os instrumentos usados para tal fim. Inicialmente as elites alimentam no maior partido de esquerda – o PT – a possibilidade de uma aliança eleitoral deste com o PSDB.

23. Após a aplicação do “Plano Real” a campanha FHC é potencializada por todos os meios de comunicação, numa utilização escandalosa da máquina institucional, como no episódio envolvendo as declarações a portas fechadas do então Ministro Ruben Ricupero, nos estúdios da Rede Globo. Por outro lado, a candidatura do campo popular se perdeu e vacilou no embate com as elites, se contradizendo em vários momentos, principalmente ao analisar o plano de FHC.

24. A eleição de FHC já no primeiro turno reforçou ainda mais a vitória dos neoliberais. Eleito, este dá prosseguimento ao plano econômico já em andamento, elaborado pelos mesmos idealizadores dos pacotes da Argentina e do México – os cara-pálidas do “Consenso de Washington”. Com base sólida na classe dominante com um passado democrático e respeitado na intelectualidade para suas idéias anteriores, aposta na cooptação de setores social-

1º CONFUP

democratas do meio popular para completar sua base de sustentação e implementar o seu projeto, a exemplo de Salinas de Gortari no México e Menen, na Argentina.

25. Com prioridade para a Reforma Constitucional, as elites empenham todas as formas na tentativa de golpear a Constituição com a maior brevidade, sabedoras que são de que as conseqüências do “ajuste econômico” aguçarão cada vez mais a insatisfação popular, constituindo-se na base de aglutinação e unidade do povo contra a implementação do neoliberalismo no país.

26. A reforma tem por objetivo principal a desregulamentação e a flexibilização, ou seja, as modificações da ordem econômica e do capítulo dos direitos sociais. Na ordem econômica, o governo propõe a quebra do Monopólio Estatal de Petróleo, das Telecomunicações, extinção do conceito de empresa nacional e abertura para o capital estrangeiro na comunicação de cabotagem, além da “parceria” dos governos estaduais com a já famosa máfia das empresas privadas na distribuição do gás canalizado.

27. No capítulo dos direitos sociais de natureza política o governo pretende modificar a legislação eleitoral e partidária, golpeando a democracia através da instituição elitista/reacionária do voto distrital misto e da cláusula de barreira para o funcionamento dos partidos no país. Pretende ainda, no campo social, rasgar os direitos dos trabalhadores através do desmonte da Previdência Social, da “flexibilização” das leis que regulamentam as relações capital X trabalho, desprezando os próprios direitos adquiridos, num claro retorno às relações de escravatura e servidão.

28. Mas o povo brasileiro já conhece o caminho da luta e saberá reagir a mais essa manobra das elites. Somente com a luta organizada, mobilizando amplas massas, como já fizemos em vários outros momentos, é que conseguiremos responder à altura diante desses ataques.

29. A palavra de ordem do momento é, portanto, resistir, das mais variadas formas: explorando as contradições do inimigo de classe, avançando nos momentos apropriados, denunciando com habilidade o entreguismo e a farsa das elites, acumulando forças, com uma postura sempre vigilante, que nos permita combinar a ação de resistência com a ação mais ofensiva, buscando derrotar os inimigos do povo.

30. Nós trabalhadores não devemos ter nenhuma ilusão no tocante aos rumos do país. Ou rompemos com a dependência externa e com a exploração do nosso povo pelas elites, ou afundaremos cada vez mais no pântano da miséria, da fome, da corrupção e outras mazelas típicas do capitalismo.

31. Ao afirmarmos o rompimento com a dominação, temos claro que não dá para fazê-lo dentro dos limites do atual regime, ou seja, nos marcos do sistema capitalista. Não está na burguesia brasileira o menor interesse em promover a emancipação do nosso povo. Ao contrário, pertence aos trabalhadores essa tarefa. Só com o advento de um novo sistema econômico e social é que poderemos implementar um projeto verdadeiramente de saída para a crise no Brasil. Para nós, não resta a menor dúvida. Essa saída é através da construção de outro

1º CONFUP

sistema, onde o trabalho, que constrói toda a riqueza da sociedade, dirige também os seus rumos: o Socialismo.

Resoluções

SOBRE SINDICALISMO E AÇÃO SINDICAL

Após os debates de análise de conjuntura, foram aprovados e ratificados na comissão Sindicalismo e Ação Sindical os seguintes princípios e bandeiras de luta:

Princípios e/ou bandeiras

Restabelecer o projeto de socialismo;

Programa democrático e popular deve conter as seguintes bandeiras:

Não pagamento da dívida externa, não resgate dos papéis representativos da dívida interna, excetuando-se os pequenos poupadores, entidades filantrópicas e associativas e organizações do movimento popular;

Recuperação das perdas e aumento dos salários, pensões e aposentadorias;

Defesa de uma seguridade social pública;

Medidas contra o desemprego;

Redução da jornada de trabalho, sem redução salarial;

Controle efetivo da inflação, combate ao lucro especulativo;

Reforma agrária e fim da violência contra os trabalhadores rurais e sem terra, pondo fim ao latifúndio, estimulando a produção agrícola;

Reforma tributária que institua a progressividade, a taxaçoão das grandes fortunas;

Democratização dos meios de comunicação;

Defesa das estatais, sempre com a exigência da democratização, modernização e moralização;

1º CONFUP

Priorizar e construir meios de comunicação, profissional, de circulação nacional e estadual, com ideologia socialista implícita;

Pela autodeterminação dos povos, contra a política intervencionista do apoio às lutas de libertação nacional e social de todos os povos;

Em defesa da Soberania Nacional, contra a desnacionalização da nossa economia;

Em defesa das estatais e do patrimônio público, pela moralização do serviço público e estatais, contra as privatizações;

Contra o massacre dos companheiros da Bósnia, Chechênia e Curdos em defesa de Cuba e do povo Cubano;

Em defesa do Monopólio Estatal, do petróleo e do Sistema PETROBRÁS, do Monopólio Público das Telecomunicações e do Sistema TELEBRAS;

Contra o projeto neoliberal;

Em defesa da Amazônia e do meio ambiente;

Em defesa das liberdades democráticas: contra o voto distrital (puro ou misto) e contra a instituição da cláusula de barreira para o funcionamento dos partidos no país;

Oposição ao governo FHC, contra o seu plano elitista e contra a sua reforma constitucional;

Contra a censura e pela liberdade de expressão;

Contra qualquer tipo de prostituição, especialmente a infantil;

Em defesa das organizações sindicais e populares ameaçadas pela fúria dos seus inimigos de classe;

Repúdio contra todo tipo de discriminação: étnica, gênero, negros, idosos, etc.;

Lutar pela redução da jornada de trabalho;

Lutar pela participação nos lucros sem abrir mão da independência de classe.

Campanhas, Lutas e Táticas a serem desenvolvidas no cotidiano, através dos Sindicatos, FUP e CUT.

Propomos que a FUP capacite-se para o enfrentamento mais qualificado, contra o governo FHC, considerando dois âmbitos de atuação:

1º CONFUP

No âmbito institucional:

1. Construir junto com a CUT, uma base de apoio suprapartidário no Congresso Nacional, no sentido de forçar o governo a respeitar os acordos, tanto de petroleiros quanto de outras categorias;
2. No âmbito da construção de um coletivo de atores e personalidades no campo democrático popular, identificado com as lutas dos petroleiros e de todos os trabalhadores na defesa dos interesses públicos;
3. Indicar um caminho de luta, para o próximo período, que defina a nossa posição frente ao TST. Para nós, o TST não pode ser reconhecido. Não podemos discutir efetivos mínimos, ir a audiência de conciliação, a audiência de julgamento, nem utilizar recursos jurídicos. Junto com esta resolução, que as direções sindicais cutistas implementem em todos os fóruns, de todas as categorias, uma campanha pelo fim do poder normativo do TST, elaborando panfletos, cartazes, adesivos, buscando apoio da ABI, OAB, etc.
4. Fazer um acampamento na porta do TST em Brasília, armando uma barraca que simbolize a penhora dos bens das entidades; - a FUP deve fazer um dossiê dos Ministros do TST e distribuir aos sindicatos, que ficarão responsáveis pela sua divulgação.

No âmbito da Ação Sindical

1. A FUP conjuntamente com a CUT, empreenda uma luta pela defesa dos anistiados, no sentido do cumprimento da Lei 8.878/94, exigindo da direção da PETROBRÁS de alocar aos anistiados, inclusive, se preciso for, enviar documento à Anistia Internacional.
2. Depois de tantas experiências não é possível deixar-se embalar pelo canto da sereia. A CUT não pode perder o rumo, terá que continuar sendo o carro chefe do combate ao projeto de Fernando Henrique. Corremos o risco da domesticação da luta, do seu enquadramento nos parâmetros permitido pelo poder instituído ou, pior ainda, a burguesia pode vir a conquistar uma parcela da população para um projeto de direita, polarizando com o discurso da modernidade, colocando o movimento de esquerda, partidos e sindicatos, como responsável pelos fracassos, derrotas e atraso econômico e social do país. “A esquerda é burra”, afirmam eles. Não podemos simplesmente arquivar, abrir mão da luta de massa no combate ao plano neoliberal. A ausência da CUT trará grandes dificuldades para a categoria que enfrentou sozinha a ofensiva política e ideológica do governo.
3. Substituir a greve por uma grande campanha de massa em defesa do monopólio, nas atuais condições do movimento sindical e popular, onde o pólo mais combativo encontra-se engessado pela ofensiva política e ideológica do governo, se tornou impossível. A categoria tentou construir um movimento de massa em defesa do monopólio. Petroleiros, sem-terra e estudantes realizaram atos de repercussão nacional em Brasília, no combate à revisão da

1º CONFUP

Constituição no governo de Itamar. Fizemos dezenas de atividades de rua e em recinto fechados, centenas de debates e palestras e outro tanto de reuniões, muitos panfletos foram distribuídos, mas nada disso sensibilizou a vanguarda do movimento e a sociedade para garantir grandes manifestações, não podemos deixar de registrar que a categoria fez greves e vários atos contra a quebra do monopólio, tanto para protestar como numa tentativa de sensibilizar outras categorias.

A CUT

4. A CUT, que em virtude da não aglutinação de outras categorias, teve uma atuação bastante discreta durante nossa greve.

5. A não compreensão daquele momento político, fez com que ficasse apenas sobre “as costas” da categoria o enfrentamento às políticas do governo. A greve dos petroleiros cristalizou o momento de maior enfrentamento, e a ausência de apoio mais efetivo e articulação de outras categorias, demonstrou a falta deste entendimento. Só será possível realizar grandes movimentos se a postura das direções sindicais e da CUT for de maior empenho no enfrentamento dessas políticas, por isso temos que priorizar as mobilizações de massa, e se contropõe a essa ofensiva com a criação de instrumentos que viabilizem a nossa capacitação na disputa ideológica com a burguesia para o desenvolvimento da consciência da classe trabalhadora e que a CUT priorize essas ações.

Campanha Salarial

Eixo da Campanha: “ACORDO É PARA SER CUMPRIDO”.

1. Que seja criado um comando em comum entre as categorias que tenham data-base em setembro: bancários, petroleiros, correios, telefônicos e outras que estão construindo sua campanha, como funcionários federais. Neste sentido, já foi dado um passo importante, que foi a reunião dos executivos do BB, CEF, BANCO CENTRAL, com a participação da FUP. É fundamental que a FUP continue trabalhando no fortalecimento dessa comissão e sua ampliação, tirando-se atividades práticas unificadas, no processo de preparação da greve geral.

2. Preparar para o próximo movimento, com 15 dias de antecedência, ampla campanha de esclarecimento, com o objetivo de preparar a população, parlamentares, órgãos de defesa dos consumidores, etc. Usado para tal todos os meios de comunicação disponível e possível e principalmente carta aberta à população, para ser distribuída pelos petroleiros, entidades sindicais e outras.

1º CONFUP

3. Que a FUP discuta estratégias para cada momento da greve, inclusive, fazendo previsão para as possíveis contra ação da Empresa. Obs: Essas estratégias deverão ser discutidas em círculo fechado a serem efetivadas quando necessário.
4. Panfletagem massiva junto à população informando ao povo a situação do momento.
5. Para alterar no plano geral a correlação de força propomos: além da greve geral, a intensificação da relação e discussão com outras categorias e particularmente com a CUT, para puxar lutas e manifestações diversas, para avolumar a luta contra o governo. A FUP e os sindicatos, regionalmente, participar e convocar atos de mobilização contra o governo.
6. No plano interno da categoria a FUP deve coordenar e dirigir campanhas dentro da categoria, de forma unificar a nível nacional sobre as questões de saúde, terceirização, etc.
7. Unificar os atos de protesto a serem realizados em todas as bases a exemplo da operação tartaruga, doação de sangue, paradas, etc.
8. Essas ações visam inviabilizar as ações das administrações da empresa, criar clímax de insubordinação, manter a categoria mobilizada.

O Papel da FUP na Geração de Política Unificada

1. Ao mesmo tempo em que a FUP tem tido uma atuação tão importante e destacada dentro do movimento sindical geral de construção de uma grande referência de luta para esse tempo de vacas magras, ainda está engatinhando no desenvolvimento de políticas unificadoras das ações dos sindicatos a nível nacional. Temos cada uma das entidades afiliadas trabalhando de forma bastante diferenciada o dia-a-dia de cada sindicato. O resultado disso são as diferenças de atuação e condição das nossas greves, como também os encaminhamentos das questões específicas.
2. Tem existido esforços da FUP nesse sentido, no entanto, para pautarmos pelo avanço dessa atuação, precisamos reconhecer que se tem conquistado muito pouco nessa área de unificação das ações sindicais. E fazer essa unificação é o caminho por onde vamos dar o salto de qualidade de nosso trabalho sindical. A FUP e os sindicatos devem definir essa como a grande meta a ser perseguida. Além das greves da categoria, que são peças fundamentais para ir construindo essa unidade e desenvolvendo o sentimento de solidariedade, é também, fundamental a gestação de políticas de atuação conjunta em todo o país para enfrentar situações comum a todas as bases como saúde, terceirização, empreiteiras, aposentados, desmonte da PETROBRÁS, ataque à própria organização sindical e encaminhamentos burocráticos e jurídicos, as represálias pós-greve que estão sendo feitas em todas as áreas, pois, entre tantos outros motivos, a empresa tem suas políticas unificadas de embate com a categoria.

1º CONFUP

3. A realização dos seminários antes e depois do Congresso é uma iniciativa importante, faz parte dos pontos positivos que a FUP vem desenvolvendo, mas ficará muito longe do que necessitamos se diretores da FUP não forem destacados exclusivamente para acompanhar esses trabalhos buscando sua implantação em todos os sindicatos. Da mesma forma, se não existir um compromisso de todos os sindicatos afiliados com a definição e efetivação dessas políticas unificadas.

4. Além de se chegar a essa posição de unidade nas ações do dia-a-dia, fora dos momentos de greve, a comunicação da FUP com as direções dos sindicatos deve ser bastante melhorada e, as respostas dos sindicatos devem começar a ocorrer, ou seja, o que é feito pela FUP tem tido pouca resposta dos sindicatos.

5. Como tarefa inadiável para a direção da FUP está a organização de um banco de dados e arquivos. Isso é fundamental para subsidiar a atuação tanto na federação como das entidades de base. Essa memória deve ser feita com os dados da categoria, tanto da ativa como aposentados dados econômicos e sociais, processos na justiça, boletins, jornais, material de toda ordem de interesse histórico e político.

6. Tratar a questão dos demitidos como uma questão de interesse do conjunto da categoria, por isso deve ser centralizado na FUP a responsabilidade dessa questão. Com o tratamento equalizado tanto das questões jurídicas como da sustentação financeira e apoio geral. Da mesma forma como deve ser discutida a atuação dos demitidos no sindicato.

7. Ocupação com parada programada por setor e/ou redução de produção sob controle do sindicato.

Ganho: * Evitar que os pelegos utilizem a greve como forma de faturar mais.

* Demonstração de força do sindicato já que, o controle da produção demonstra mobilização.

8. Dificuldade: Greve mais longa: o nível de conscientização tem que ser maior.

Comissão Sindicalismo

9. Criar mecanismo de preparar equipes que sejam capazes de controlar todo o processo de produção.

10. Articular paradas imediatas no setor industrial, especialmente os pólos petroquímicos.

11. Criar comissões regionais, eleitas em assembléias com direções e militantes de base.

12. Construir a unificação das datas-base das categorias por ramo de produção.

13. A FUP deve trabalhar para garantir, em todas as reuniões de negociação com a empresa, o direito da filmagem e transmissão via TV Executiva, a fim de desmistificar a conduta da

1º CONFUP

empresa. Caso haja recusa, por parte da empresa, a FUP deverá explorar essa questão em denúncias à empresa e com discussão via categoria.

14. A Secretaria de Aposentados da FUP encaminha para o departamento de aposentados de todos os sindicatos, documentos dizendo que os aposentados não têm que atender nenhuma convocação da PETROBRÁS, porque o lugar deles é ao lado dos companheiros da ativa para fortalecer o movimento.

15. Cobrar os líderes dos partidos que assinaram aquele documento no fim da greve, uma posição logo que a PETROBRÁS apresente a contra-proposta.

16. Organizar uma campanha “FORA RENNÓ” com passeatas, concentrações, etc.

17. Indicar os sindicatos que criem comissões responsáveis pela organização de material (filmes, publicações) e atividades de maneira mais sistemática sobre o socialismo, divulgando suas possibilidades de benefícios para a sociedade.

18. O governo FHC, como parte da estratégia da implantação do projeto neoliberal, ataca a organização sindical dos petroleiros, numa verdadeira intervenção do Estado nos sindicatos. Esta ação governamental visa o fim da organização sindical do conjunto dos trabalhadores, caso tenha vitória sobre nossa categoria.

19. Neste sentido, a FUP e sindicatos dos Petroleiros devem desenvolver uma campanha nacional e internacional com cartazes, adesivos, manifestos nos boletins sindicais de outras categorias, etc., num sentido amplo da defesa do direito democrático da organização sindical dos trabalhadores, e exigindo a anistia das multas, fim dos bloqueios, penhoras, etc.

20. Isto visa construir ações unificadas (atos, passeatas, paralisações, etc.) dos trabalhadores em defesa da liberdade e autonomia sindical, criação de movimentos de resistência pela autonomia e liberdade sindical, em todo o país, como forma de barrar a tentativa do governo FHC de implementar a desestruturação do movimento sindical brasileiro. Este movimento deve ter um caráter amplo, envolvendo todo o movimento popular e entidades gerais da sociedade civil organizada, bem como os partidos políticos, como exemplo, temos o movimento criado no Ceará.

FIM DAS PUNIÇÕES E REINTEGRAÇÃO DOS DEMITIDOS E RESPEITO AOS DIREITOS SOCIAIS.

21. O CONFUP, por seus delegados presentes resolve encaminhar a todas as entidades comprometidas com a luta dos trabalhadores, uma campanha pela suspensão de todas as punições e demissões ocorridas na PETROBRÁS em decorrência das greves realizadas em 1994 e 1995.

1º CONFUP

22. Deverá a FUP encaminhar e distribuir cartilhas e adesivos alusivos à suspensão das punições e reintegração dos demitidos a todos os sindicatos da CUT e entidades populares, bem como, uma campanha a nível nacional e internacional de solidariedade, com envio de telegramas à direção da PETROBRÁS/governo federal/ parlamentares no sentido acima exposto.

23. Que a FUP reúna-se com a direção da AEPET, onde se concentra a maioria dos chefes executantes das punições.

24. Mover ação civil e criminal contra a direção da PETROBRÁS, por responsabilidade no acidente de Anchova de 1984, criando uma comissão específica para preparar a ação.

25. Há 495 anos, o Brasil inaugurou uma das formas mais desumanas de relação entre homens e mulheres, a escravidão. Foram milhões de seres humanos seqüestrados no continente africano e transformados em negros escravizados. A base da acumulação de riqueza da elite brasileira começa ali e se perpetua até hoje. A ideologia do racismo, isto é, do supremacismo branco, permite a dominação e a superexploração da maioria da população brasileira.

26. O Brasil é o pior país do mundo em concentração de renda, onde o fenômeno de exclusões está na base de sua formação social, econômica e cultural.

Quem são estes excluídos que não uma maioria composta pelos descendentes de escravos, ou negros?

Quem são as vítimas “privilegiadas” dos grupos de extermínio constituídos por elementos do aparelho policial, civil e militar, senão os negros?

Quem são as vítimas diretas dos processos de esterilização em massa, senão as mulheres negras?

Ao mesmo tempo que isto acontece, a burguesia se utiliza dos seus aparelhos de controle e manipulação da informação para mobilizar esta massa contra a luta organizada dos trabalhadores.

27. A FUP hoje se transformou num símbolo de resistência ao projeto neoliberal que se implanta no Brasil e esta simbologia extrapolou o movimento sindical, penetrou no movimento negro, popular, estudantil, etc. As resoluções deste Congresso irão influenciar os mais diversos setores da luta dos trabalhadores e do povo.

28. Nesse sentido, propomos que a FUP participe de forma ativa das atividades dos 300 anos da morte do maior líder popular das Américas, Zumbi dos Palmares, que estas atividades façam parte do calendário de luta da nossa categoria. Que no dia 20 de novembro Dia Nacional da Consciência Negra, a FUP articule todos os Sindicatos de Petroleiros para que envie caravanas com no mínimo um ônibus para a manifestação: Marcha Zumbi dos Palmares a Brasília. Esta manifestação está sendo construída pelas organizações do movimento negro, comissão anti-rascista da CUT, UNE, MST, CMP, setores da Igreja, etc. Que seja designado um diretor da FUP para implementar esta resolução.

29. Que a FUP e os sindicatos dos petroleiros se incorporem com os outros setores contra o trabalho escravo que aumenta dia-a-dia no país.

1º CONFUP

30. Realizar ato de protesto na porta da Rede Globo no Rio, repudiando a visão parcial nas coberturas da última greve dos Petroleiros.

31. Constituição de um Tribunal Popular com o objetivo de denunciar à sociedade de toda a truculência que o Judiciário vem cometendo contra a classe trabalhadora.

32. Compor este Tribunal com algumas personalidades, tais como: Luiz Eduardo Greenhalgh, Fábio Konder Comparato.

POLÍTICAS ESPECÍFICAS

Saúde, segurança no trabalho e meio ambiente.

Terceirizações

Aposentados

Saúde, segurança no trabalho e meio ambiente

Por melhores condições de trabalho e qualidade de vida.

1. A História do Movimento Operário foi escrita em meio às resistências e as lutas travadas pelos trabalhadores contra todas as formas de usura e exploração do seu corpo pelo patronato. As defesas da integridade físicas e da saúde constituíram as principais bandeiras de luta da classe trabalhadora no início da Revolução Industrial. A diminuição das jornadas de trabalho, a regularização do trabalho da mulher e das crianças, a legislação dos acidentes de trabalho, a melhora das condições ambientais, a destruição de máquinas perigosas e o fim do trabalho insalubre são algumas reivindicações que colocaram o operariado frente a frente aos interesses patronais e foram o eixo de mobilizações que marcaram as greves operárias em defesa da vida no início do século.

2. O sindicalismo atrelado ao Estado e aos interesses da classe dominante abandonou estas bandeiras para abraçar o assistencialismo que dominou grande parte da história do movimento sindical brasileiro.

3. O movimento de reconstrução de um novo sindicalismo, independente, autônomo, no fim dos anos 70 e início dos anos 80, que culminou na construção da CUT, retoma estas bandeiras dentro da sua pauta de reivindicações e passa a inserir a defesa da saúde, da segurança e do meio ambiente na sua agenda de lutas.

4. Diante do processo de reestruturação industrial imposto de cima para baixo pelas classes dominantes, mais do que nunca se torna necessário, que o movimento sindical apresente um projeto de organização produtiva que faça frente aos interesses exclusivos da competitividade

1º CONFUP

e do lucro. Um projeto que seja capaz de construir uma nova ética no trabalho, de romper com a perspectiva da “fábrica sitiada” e incluir outros sujeitos sociais na luta pela cidadania e pela qualidade de vida. A defesa da saúde e do meio ambiente pode alavancar outros movimentos da sociedade e tirar o movimento sindical desta situação defensiva em que se encontra. O tema da qualidade de vida dos trabalhadores, das comunidades vizinhas ao território fabril e da população em geral pode se constituir em um movimento que tenha como horizonte o controle social sobre “o que”, “como”, “para quem” e “onde” produzir. A luta pela saúde e pela qualidade do meio ambiente sempre fez parte da tradição do movimento operário. Caberá a todos nós, neste final de século, demonstrar através de uma ação concreta, que temos um projeto de futuro que defende a vida e não a destruição.

5. Encontros, seminários e discussões nos Congressos da categoria, desde 1991, acerca do tema Saúde, meio ambiente e tecnologia foram eventos que registraram a importância dos mesmos para uma atuação no movimento sindical que luta em defesa da vida, refletindo um processo de articulação entre os sindicatos que atuam nesta direção aonde o acúmulo das discussões vem apontando para avançar nas negociações com a Empresa. Após o II CNTSP foi realizado um encontro em Salvador do Grupo de Trabalho, criado no Seminário de Saúde (Minas Gerais – março/93), composto por representantes dos Sindipetros Bahia, Campinas, Minas e Rio de Janeiro, bem como, diversas reuniões de diretores da Federação, responsáveis pela Secretaria de Saúde com os sindicatos. Como um dos frutos deste trabalho, está sendo possível estruturar a criação de uma rede nacional de formação, através de Seminários Regionais, com financiamento e assessoramento da Fundacentro. Esta construção tem se pautado pelo entendimento de que a Saúde é determinada socialmente, e que o trabalho ocupa posição de destaque na determinação do processo saúde/doença. Entende-se o trabalho a forma mais concreta de sua organização, a tecnologia que ele incorpora, a definição de seus ritmos e cargos, o estatuto salarial e de qualificação dos trabalhadores, bem como, a democratização das decisões sobre a “melhor forma” de realizá-lo.

6. Neste último ano, não houve modificações significativas na organização das secretarias de saúde/meio ambiente dos sindicatos, tendo em vista que este período foi atípico para a categoria petroleira, em função da campanha reivindicatória/94 que se estende até o momento, não tendo sido fechado o Acordo Coletivo. Inclui-se também a dificuldade dos sindicatos que impossibilitou investimentos nesta área.

7. Observamos uma deficiência de divulgação das atividades em curso. A estrutura de assessoria técnica nas secretarias de saúde e meio ambiente continua deficiente, mantendo-se praticamente o mesmo número de sindicatos que a possuem, a despeito das resoluções congressuais que apontam para a criação e estruturação das mesmas. A própria FUP continua em assessoria necessitando contar com os técnicos dos poucos sindicatos para um planejamento nacional, em relação ao trabalho em conjunto com as CIPA's, não houve avanço significativo em função das dificuldades já apontadas.

8. Neste período, foi dado início à implementação referenciada no III CNTSP procurando não mais deixar apenas por conta de cada sindicato o enfrentamento e formulação de política para a área.

1º CONFUP

9. As negociações das cláusulas específicas de saúde e ambientais foram feitas em separado, e realizado o I Curso de Formação de Trabalhadores Petroleiros em Saúde e Meio Ambiente.

10. A categoria petroleira esteve presente em diversos fóruns regionais e nacionais, tais como: Participação na Comissão Tripartite para Reformulação da NR-13; Seminário Nacional sobre Saúde do Trabalhador da CUT; Seminário Nacional sobre Previdência Social – CUT; Curso de Formação dos Trabalhadores Petroleiros em Saúde e Meio Ambiente; Seminário sobre Reestruturação Produtiva dos Petroleiros e outros Seminários Regionais promovidos pelos próprios sindicatos e pelas CUT's estaduais. Socialização do conhecimento e participação efetiva do sindicalista em todos os eventos da área.

11. Há ainda pouca compreensão dos diretores não envolvidos diretamente com a área, no sentido de priorizá-la, o que demonstra a precariedade na formação de novos quadros e convencimento dos atuais. O empenho dos sindicatos e da FUP no sentido da formação de novos quadros.

12. As discussões sobre Previdência Social estiveram constantemente em pauta, neste último ano. Vários são os pontos que se destacam na conformação do que é hoje a Previdência, que tem base na Constituição Federal de 1988 (resultante de lutas e reivindicações dos trabalhadores). Lembrando que não só a aposentadoria é um dos benefícios originários da previdência, que na sua abrangência tem a finalidade da seguridade como direito do cidadão e dever do Estado, através de políticas de Saúde, Assistência social e o amparo diante do infortúnio e usufruto de direitos decorrentes do exercício do trabalho remunerado (Previdência). Alterações no custeio e benefícios são apontados para a “reforma”, e algumas já passam a ser praticados através de medidas provisórias. Benefícios decorrentes de acidente de trabalho e doenças ocupacionais estão sob uma “cortina de fumaça” para que não sejam destacadas tais ocorrências. A Previdência Social não tem significado segurança ou amparo para os trabalhadores em atividade e aposentados. Ao contrário, tem significado ameaça de perdas de direitos.

Reorganização do Processo de Trabalho

13. Para a análise concreta da reorganização do processo de trabalho implementada pela PETROBRÁS podemos constatar que a incorporação de novas tecnologias e de novas formas organizacionais tem se dado de uma forma conservadora, ou seja, as mudanças seguem uma linha autoritária, onde o trabalho prescrito e imposto, não leva em consideração o dia-a-dia vivido pelo petroleiro. Estes fatos acontecem devido à inoperância da administração da Empresa.

14. Esta “modernização conservadora” implementada pela empresa tem causado impactos negativos sobre a segurança, a saúde dos trabalhadores e o meio ambiente. Isto porque as alterações se dão de forma unilateral sem envolvimento dos trabalhadores.

1º CONFUP

15. Esta política tem priorizado a terceirização e a diminuição dos efetivos com resultados danosos conhecidos por todos: aumento de acidentes e doenças ocupacionais, piora das condições de trabalho, aumento de ocorrências anormais, deficiência nos serviços de manutenção. Em relação a este fato há todo um acúmulo de análises feitas por instituições capacitadas estabelecendo uma relação clara entre a política de pessoal e as condições de trabalho, o que tem levado a uma série de processos em tramitação nas várias esferas da Justiça.

16. Desestabilização dos coletivos, equipes de trabalho consolidadas na “pilotagem” da planta produtiva com uma memória técnica importante para a operação segura do processo, exemplo disto foi à política de incentivo às aposentadorias combinada com a não reposição de novos quadros. Acrescenta-se a isto a tentativa de desmontar a organização sindical, como exemplo, a greve de maio/95.

17. Em meio às dificuldades nas ações está incluída a restrição das informações necessárias para que os sindicatos possam desenvolver uma política efetiva em defesa da saúde, das condições de trabalho e do meio ambiente. A empresa mantém uma política de tutela sobre o corpo dos trabalhadores e encobre os danos ao meio ambiente, descumprindo a legislação. A empresa ainda se nega a discutir as questões de saúde, segurança e meio ambiente com os trabalhadores e com a comunidade, principais interessados numa política eficaz para a área.

18. Estes fatos são combatidos cotidianamente pela maioria dos nossos sindicatos, a partir de várias experiências levando-se em conta a especificidade dos problemas vivenciados por cada base e nos diversos locais de trabalho.

19. Torna-se necessário reconhecer que, apesar da existência de várias experiências pontuais em defesa da saúde, segurança e meio ambiente em nossa categoria, este tema não adquiriu forma e força capaz de sensibilizar a maioria das nossas lideranças sindicais. Na realidade, ainda não conseguimos construir uma ação sindical eficaz que leve em consideração não só a qualidade de vida e de trabalho dos companheiros, mas, também das populações circunvizinhas às unidades da PETROBRÁS.

Propostas para Ação Sindical

21. Implantação e implementação de Departamentos ou Secretarias de Saúde, Tecnologia e Meio Ambiente nos sindicatos, que deverão contar com diretores responsáveis e assessorias, apropriando-se desta discussão e investindo na formação e informação dos trabalhadores.

22. Visando resolver os problemas de vestiários, alojamentos, sanitários e a alimentação nas instalações das empresas alugadoras de mão-de-obra, é fundamental, que os departamentos de saúde e segurança no trabalho dos sindicatos devam se estruturar, para colher resultados mais positivos, nessa luta.

1º CONFUP

23. Implementar junto às bases, uma política de conscientização da necessidade de preenchimento e, notificação dos acidentes de trabalho através das Comunicações de Acidente de Trabalho (CAT) – RAL – ROA, para que os sindicatos, junto com as CIPA's, estejam embasados na realidade de cada base específica, de maneira atualizada, para desenvolverem políticas de prevenção e tratamento do trabalhador concorrendo para melhorar as condições de trabalho. E também exigir a CAT para as empreiteiras.

24. Implementação da Secretaria de Saúde, Tecnologia e Meio Ambiente da Federação, estruturando uma Coordenação Nacional que articule uma política de enfrentamento referente às questões nesta área (já estão propostas algumas atividades como o banco de dados, a obtenção de informações da empresa, etc.).

25. Avançar sobre as conquistas da legislação vigente, com negociações específicas mediante situações da realidade local, com prerrogativas a nível regional e nacional.

26. Realizar projetos de pesquisas relativos ao meio ambiente, novas tecnologias e riscos à saúde, através de convênios com Universidades, Fundações, instituições públicas e entidades sindicais. Requerer os resultados de pesquisas feitas pela PETROBRÁS, participar de seminários e auditorias ambientais realizadas pela Empresa.

27. Intervir junto às instituições públicas oficiais exigindo rápidas e eficientes ações quanto à fiscalização, prestação de assistência e perícias médicas competentes para evitar que os trabalhadores e as populações vizinhas adoçam, permaneçam doentes ou retornem para o mesmo ambiente agressor.

28. Lutar contra a privatização do Sistema Previdenciário, pela implementação do Sistema Único de Saúde, garantindo a participação dos trabalhadores e da comunidade no controle social dos serviços.

29. Referendar, no desenvolvimento das atividades, as proposições da II Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, as quais resultam da organização de setores da sociedade envolvidos com a questão.

30. Manter os trabalhadores mobilizados e alertas quanto aos monitoramentos ambientais feitos pela Empresa. Os trabalhadores devem exigir a implantação da caderneta de saúde que contenham os resultados dos exames realizados e fatores de risco aos quais estejam expostos. Enfim, num processo de formação contínua, propiciando tanto a tutela da saúde dos trabalhadores pelos próprios, quanto às informações relativas ao meio ambiente.

31. Intervir na regulamentação das leis sobre automação como previsto na Constituição, assegurando, “a participação das organizações de trabalhadores no processo decisório relativo à introdução de novas tecnologias no processo de automação”. A Constituição prevê a “proteção em face da automação na forma da Lei”.

32. Aprofundar conhecimentos para a intervenção no local de trabalho, a partir do controle do processo produtivo pelos trabalhadores.

1º CONFUP

33. Estabelecer relações com a sociedade civil, ONG's, comunidades vizinhas, associações de bairros. Por exemplo, a atuação nos estudos de microlocalização de plantas industriais (Estudos de Impactos Ambientais – EIA/RIMA). Também é preciso esclarecer à sociedade civil sobre os efeitos causados ao sistema ecológico nas áreas onde se situam refinarias, plataformas de exploração, terminais, etc., utilizando os espaços nos jornais, boletins, panfletos, vídeos, programas de rádio e televisão.

34. Mapear nacionalmente os impactos ambientais provocadas pela indústria do petróleo.

35. Participar de Conselhos de Meio Ambiente ou Conselhos Estaduais de Saúde do Trabalhador em todos os níveis.

36. Aprofundar estratégias de ações sindicais a nível nacional, referentes à drástica redução de efetivo mínimo nas unidades.

37. Investigar e intervir nos setores onde são identificadas as situações de Doenças Ocupacionais, já conhecidas na categoria (benzenismo, surdez, outras), atentando para doenças provocadas pela adoção de novas tecnologias (LER, distúrbios mentais e outras). Assim como, problemas psicológicos (estresse, depressão, desmotivação) resultantes da queda de qualidade do ambiente em função da remuneração inadequada, pressões por parte da empresa, falta de reconhecimento no trabalho e etc.

38. Motivar e assessorar os departamentos de aposentados para que sejam realizados estudos que investiguem situações dos trabalhadores, os quais permaneceram expostos a riscos e agentes no exercício de suas atividades.

39. Caberá uma ação específica junto as CIPA's, mediante as modificações da NR-05: avançar na consolidação das Comissões totalmente eleitas, participar do processo eleitoral e na formação dos Cipistas, ampliando a responsabilidade dos trabalhadores e a execução da NR-9 (mapa de risco) sob a ótica dos trabalhadores. A FUP, juntamente com os sindicatos, visando implementar tais políticas, deve promover Seminários Regionais com as CIPA's, culminando com um encontro nacional que formule um plano de ação.

40. Dar continuidade aos Cursos de Formação para a categoria, coordenados pela Federação em convênio com a Fundacentro.

41. Realizar cursos de formação para a categoria em saúde, segurança no trabalho com o DIESAT, universidades e o INST-CUT.

42. As reivindicações relativas à saúde, meio ambiente e tecnologia do acordo coletivo (AC), serão discutidas com a empresa em uma subcomissão específica, e não na mesa geral de negociações.

43. Mover ação civil e criminal contra a direção da PETROBRÁS, por responsabilidade no acidente de Enchova, Vila Socó em 1984 e também pelo acidente ocorrido no PUB-3, em

1º CONFUP

Guamaré-RN, onde morreram 3 operários da empreiteira Montreal. E nos demais acidentes com vítimas que se caracterize dolo ou culpa da empresa. Deveremos criar comissão específica para preparar a ação.

44. Diante do acúmulo de acidentes fatais na PETROBRÁS e empreiteiras, que ocorre dentro do local de trabalho, afetando também a família do trabalhador, lutar pelo Infortúnio Laboral, em sintonia com as resoluções do último encontro nacional de saúde e segurança do trabalho, dos trabalhadores do sistema PETROBRÁS.

45. Os Sindipetros de todo o Brasil entrem com ações contra a PETROBRÁS por causa da grave redução do quadro de trabalhadores. Essa redução está colocando em risco os trabalhadores e a comunidade onde estão funcionando refinarias e terminais. No mesmo caso, entrar com ações de queixa crime, contra os gerentes dessas unidades da PETROBRÁS. Essas ações devem ser nominais, dessa forma os gerentes serão diretamente incriminados. É uma maneira de interceptar os planos do GDP de redução dos quadros de pessoal. Devemos também envolver a opinião pública, divulgando essas iniciativas pela imprensa.

46. Que as doenças tropicais (malária, hepatite, leishmaniose, etc.) sejam consideradas como acidente de trabalho, implementar, via FUP, projeto de lei que inclua na lei atual, tais doenças.

47. Que o credenciamento e descredenciamento de profissionais que atendem a A.M.S. sejam discutidos com os representantes dos trabalhadores, principalmente os critérios que norteiam tais procedimentos.

48. A FUP, juntamente com os sindicatos publique periodicamente um boletim específico sobre saúde e segurança no trabalho. Que os sindicatos divulguem mensalmente através de seus boletins, estatísticas sobre acidentes no trabalho ou de agressão ao meio ambiente, ocorrido em suas bases.

49. Exigir que a Empresa quaisquer ação demissionária, realize exames periódicos nos funcionários e encaminhe o resultado (cópia) para o sindicato.

50. Que a FUP, proponha a formação de grupos de trabalho, SEREC-ASAO e representantes dos trabalhadores para elaborar uma política de ação em saúde que seja mais adequada à realidade da atividade petróleo.

51. Re-adequar as equipes de saúde em todos os órgãos da Companhia, respeitando as leis do exercício profissional dos mesmos.

52. Lutar pela presença de médico a bordo de cada plataforma, 24 horas por dia e também nos turnos das refinarias.

53. Criar comissão para encaminhar ao Congresso Nacional, projeto de lei que venha a definir a regulamentação do trabalho off-shore.

1º CONFUP

54. Diante do recadastramento para o corte da A. M. S. – Assistência Médica Supletiva, reafirmamos nossa posição contrária. Propomos a ampliação dos direitos adquiridos, contra o recadastramento arbitrário.

55. Que a FUP e os Sindipetros-Stieps desenvolvam esforços no sentido de envolver as comunidades vizinhas, bem como, esclarecer a sociedade civil dos efeitos causados aos sistemas ecológicos, nas áreas onde se situam refinarias, plataformas de exploração, terminais, etc., incentivando a população a pressionar os órgãos governamentais, responsáveis pela fiscalização, exercendo um controle mais rigoroso sobre os agentes poluentes oriundos das atividades da Empresa.

Terceirização

1. Nos últimos anos o patronato planejou e executou o projeto de flexibilização das relações de trabalho que está resultando na retirada de direitos trabalhistas e a pulverização dos Sindicatos. O projeto neoliberal tem avançado especialmente na chamada Terceirização. Em muitas empresas, existem mais trabalhadores terceirizados que contratados diretamente. No entanto, o movimento sindical não conseguiu dar respostas efetivas e combater esse processo. Na PETROBRÁS a história não é diferente, tomando contornos cada vez mais sérios, onde a exploração dos trabalhadores terceirizados, chega ser perversa. Devemos lutar para melhorar as condições de trabalho e os salários desses trabalhadores com o objetivo final da equiparação com os trabalhadores não terceirizados, para atingir este objetivo, devemos sindicalizar todos os trabalhadores terceirizados que executam atividades na PETROBRÁS. Organizar esses trabalhadores elegendo delegados em todas as empresas, realizando seminários ou congressos específicos para elaborar uma pauta comum para todos esses trabalhadores. Definir ações jurídicas para incorporar esses trabalhadores à empresa contratante (PETROBRÁS), além de outras ações tais como: equiparação, indenização, etc. Como ação imediata, iniciarmos a discussão de inclusão desses trabalhadores nos quadros de representação do setor petróleo, ou seja, convocar assembleias específicas para discutir a filiação aos Sindipetros e Stieps, procurando garantir a representação desses companheiros nos fóruns deliberativos dessas entidades. Fazer campanha conjunta para todos os terceirizados, convocar as outras entidades sindicais para debater os problemas de representação que ocorrerão quando for iniciado o trabalho de sindicalização desses companheiros.

2. É prioritário e de vital importância, enfrentarmos a terceirização que privatiza a PETROBRÁS internamente, esse é um processo que continua cada vez mais avançando, transformando a Empresa num escritório de empreiteiras, portanto, inviabilizando o Fundo de Pensão (PETROS), pois para cada aposentadoria existe a contratação de um terceirizado, aumentando os encargos da PETROS e reduzindo suas receitas. Desta forma, enfrentar a terceirização é questão moral, ética e de sobrevivência dos trabalhadores.

3. Nas empresas estatais, em nosso caso a PETROBRÁS, o processo de Terceirização, ou seja, a contratação de trabalhadores, via pequenas, médias e grandes empresas (GATAS) a um

1º CONFUP

custo (aparentemente) baixo está trazendo enormes prejuízos a esses trabalhadores contratados. Eles são submetidos a todo tipo de exploração, chegando em certos momentos a se caracterizar como trabalho escravo.

4. Tendo em vista as dificuldades que os vários sindicatos que representam esses trabalhadores têm encontrado para organizar os trabalhadores em nossa base propomos:

- a) Que a direção dos sindicatos considere também os trabalhadores contratados indiretamente, como Petroleiros;
- b) Que se estruture o Departamento de Empreiteiras em nossas sedes e sub-sedes;
- c) Que se faça assembleias com todos os segmentos não representados politicamente, para que possamos implementar a sindicalização e conseqüente representação legítima de todos os trabalhadores;
- d) Que as direções sindicais enviem a FUP. O resultado do processo de sindicalização em suas bases, até dezembro de 1995, para ser divulgado em toda a categoria;
- e) Que a FUP juntamente com os sindicatos organizem seminários nacionais sobre empreiteiras com delegados eleitos em assembleias específicas;
- f) Que os sindicatos unifiquem a data base dos terceirizados sindicalizados.

Terceirização e a Saúde

5. Com a terceirização a situação do trabalhador, vem piorando consideravelmente, antigamente as grandes empresas contratavam os trabalhadores diretamente, agora é através de terceiros, verdadeiros atravessadores, que relegam a saúde ao último plano.

6. Os sindicatos devem priorizar a questão de saúde, investindo na conscientização e organização do trabalhador, agilizando formas de lutas, tendo como elemento básico à saúde, para sua sobrevivência e de sua família.

7. A Lei já garante o direito nas questões de saúde. Não devemos permitir que haja demissões de empregados com suspeita de doença profissional. O trabalhador precisa ter acesso às informações de risco, a que está exposto e saber quais os tipos de agentes agressivos no trabalho. Devemos exigir informações sobre as doenças profissionais e de quaisquer tipos de doenças e de riscos de acidentes no trabalho, para termos forças nas exigências de equipamentos de proteção coletiva ou a retirada da área, por substituição ou supressão, de produtos causadores de doença profissional, por similares não agressivos.

8. O sindicato deve envidar esforços para fechar acordo que garanta a assistência médica, tanto no plano do atendimento de emergência, como principalmente na prevenção, detecção e cura das doenças profissionais, abrangendo os contratos de pequena e grande duração. Para as pequenas empresas, sugerimos a estruturação de serviços através de um pool, para efetivar esta assistência. No caso das empresas sub-contratadas (terceirização), fica a empresa contratante responsável. Convocar as entidades de classe nacionalmente, para implementar uma política agressiva de garantia e prevenção de saúde e o funcionamento dos serviços públicos.

1º CONFUP

Contratações indiretas

9. Sabemos que um dos maiores campos de corrupção do nosso país é a terceirização, corre muito dinheiro, daí o perigo até de perder a vida de quem se propõe a fazer denúncias. A máfia está bem organizada, a todo instante temos notícias, através da imprensa, das manobras em alto escalão neste setor, desde a sonegação de impostos, não recolhimento dos encargos sociais e chegando ao cúmulo das grandes propinas nos meios políticos e judiciários.

10. O combate à terceirização conseqüentemente culminará com a defesa dos setores estratégicos da nossa sociedade. É fundamental que se crie canais corretivos e preventivos para a solução dos conflitos gerados em decorrência da terceirização, através dos parlamentares do campo progressista e procurarmos um meio de informar a sociedade do que está ocorrendo para que ela se conscientize do porque da falta de alimento na mesa, da saúde para a família, da educação para os filhos e da moradia digna. Assim, a sociedade poderá nos dar apoio nas nossas lutas por que são suas necessidades imediatas que estão sendo relegadas. A classe trabalhadora tem que mostrar seu poder de organização luta e coragem não deixando que a política ditatorial de FHC e seus seguidores esfacelem o movimento sindical que estamos conduzindo no momento e que veio de uma história de luta e sacrifícios dos companheiros que nos antecederam.

11. Por isso grandes empresas públicas e privadas vêm ao longo dos tempos dispensando seus funcionários através de acordos forçados e/ou demitindo-os simplesmente e em seu lugar contratando através de empresas alugadoras de mão-de-obra cometendo toda série de desobediências e abuso às leis trabalhistas. A terceirização é feita tanto em prestação de serviços nas atividades industriais. Assim, o patronato tem uma redução de números de trabalhadores diretamente assalariados, que representam a coluna vertebral do movimento sindical, além de ficar livre dos encargos sociais.

12. A exemplo de Mataripe, as empresas que alugam mão-de-obra são em torno de 104, sendo claro e evidente o descaso com a questão social, estando aí incluído a baixa remuneração, a saúde e a preservação do meio ambiente e as legislações em vigor. O quadro de pessoal está atualmente na seguinte situação: de um total de 6.075 funcionários, apenas 1.675 são empregados da PETROBRÁS e os demais 4.400 são contratados pelas 104 empresas alugadoras de mão-de-obra que atuam nas áreas terceirizadas. Os patrões estão jogando soltos nesse campo, a marcação é ainda pequena. Precisamos fazer um trabalho, intenso e eficiente, para isso é importante à vontade e, conseqüentemente, perdemos o medo de nos expormos.

13. No contexto atual, temos que criar uma sistemática de avaliação do desempenho dos alugadores de mão-de-obra quanto ao padrão de comportamento em várias questões com relação a: recolhimento dos encargos sociais, segurança, planos de saúde, estabilidade no emprego, salários dignos, transporte, condições de trabalho, alojamento, plano de cargos e salários, CIPA's etc.

1º CONFUP

14. O nosso objetivo terá que ser o reconhecimento do vínculo empregatício com a PETROBRÁS. Entrar na Justiça competente contra a empresa para proibir os trabalhos de petroleiros aposentados, principalmente, os com aposentadorias especiais.

Reivindicações dos Aposentados

1. Faz necessária a paridade de maneira equitativa (1 por 1), e que os representantes eleitos sejam realmente representativos e que venham às bases dar conta de suas atividades, assim como, denunciar as irregularidades porventura existentes. A prestação de informações deverá ser documentada e distribuída para toda a base nacional de aposentados.

2. Que a PETROS junto à Empresa faça pelo menos uma suplementação a todos aqueles companheiros que recebem um salário mínimo (ou menos que isso), e hoje vivem em situação de penúria.

3. Saber da PETROS, a respeito da complementação como fundador da PETROS.

4. Os aposentados e pensionistas do Sistema PETROBRÁS, se ressentem em não possuir um eficaz atendimento no serviço social da Empresa, colocando-a num patamar reconhecido como um dos maiores empreendimentos industriais do mundo, merecem e deveriam participar, isto é, ser incluídos num programa amplo de assistência social que melhor atendesse às suas necessidades.

5. A FUP – Secretaria dos aposentados deverá ter um credenciamento na PETROS para atender aposentados.

6. A PETROS vem procedendo de maneira perversa com os mantenedores beneficiários. Ao encontrar algum equívoco no pagamento dos aposentados e pensionistas, sem qualquer análise, parece-nos, desconta valores que na maioria das vezes abala o orçamento doméstico dos mantenedores, causando sérios prejuízos a estes. Que a PETROS proceda de forma mais cautelosa e humana, avisando e explicando antecipadamente ao interessado, evitando-se assim reclamações, aborrecimentos, desconforto e, principalmente, colocando o prejudicado na difícil condição de cumprir os seus compromissos financeiros já assumidos. Quando a pessoa recebe da PETROS, um valor maior do que lhe é direito, deve ter consciência de que terá que devolver esse valor, mais tarde, de uma vez só.

7. O mesmo tratamento dispensado aos ativos, com relação a PETROS, “trem da alegria” aos aposentados.

8. Que a PETROS divulgue nos contracheques dos aposentados, quando solicitado pelos sindicatos, mensagem de interesse da categoria. No pagamento dos passivos trabalhistas, que os aposentados tenham o mesmo tratamento.

1º CONFUP

9. Pensão por morte (Lei n. 9.032 da Previdência) conforme alterações introduzidas nos benefícios da Previdência, o valor da pensão a ser paga ao cônjuge, a companheira, etc, corresponda a 100% do salário benefício recebido em vida.

10. Isenção do Imposto de renda para todos os aposentados.

11. Cumprir capítulo III, cláusula 43 do Contrato Coletivo, pois já foram feitos os estudos necessários durante 03 (três) anos para que o valor da pensão seja igual a 80% da aposentadoria, ou seja, da Suplementação do falecido.

12. Punir rigorosamente os responsáveis pelo desfalque na PETROS com confisco de bens dos autores.

13. A PETROS e a PETROBRÁS devem explicar e expor como fica a PETROS após as reformas.

14. Não às reformas na Previdência Social.

15. Cobrar judicialmente e com rigor e confisco de bens dos sonegadores e ladrões da Previdência Social.

RESOLUÇÕES SOBRE SAÚDE, SEGURANÇA NO TRABALHO E MEIO AMBIENTE

Curso de Formação dos Trabalhadores Petroleiros em Saúde e Meio Ambiente

Resultado do trabalho feito no Grupo no dia 29/04/95

Rumo do barco: Perspectivas em relação à Saúde e Segurança do Trabalhador

CIPA- FUP/Sindicatos

* Expectativas/ dificuldades

- Não tem boletim conjunto CIPA/Sindicatos;
- Atuação do Sindicato em ponto específico (efetivamente) só nas questões graves;

CIPA:

- Encaminhamentos lentos. Aprova-se, mas não encaminha com agilidade;
- Dificuldade ainda maior com as Empreiteiras (CIPA);
- Diferença grande na atuação das CIPA's, variando de acordo com a região (Unidade);
- CIPA na Bahia divide-se em subcomissões;
- Variantes: - atuação no sindicato
 - Acúmulo de discussão entre os trabalhadores.
- Falta atuação conjunta (CIPA, SINDICATOS);
- Curso de Formação para os membros da CIPA;

1º CONFUP

- Relatórios de denúncia (vice-presidente);
 - Necessidade de ampliar a realização desses Cursos;
 - Falta uma linha de atuação/articulação a nível nacional para as CIPA's (militantes);
- Obs: A Empresa tem essa política definida.
- Importante fazer gincanas, por exemplo, simulando situações de risco;
 - Levantar problemas e apresentar soluções;
 - Melhor aproveitamento das SIPAT's;
 - A base assumir junto com as CIPA's os temas/problemas;
 - Necessidade de formação;
 - Sindicato exigir realizações de cursos em conjunto com a Empresa, utilizando-se das cláusulas do AC;
 - Sindicato discutir o temário da SIPAT;
 - Sindicatos podem acompanhar as reuniões da CIPA, mas não estão fazendo. Cobrar as Atas;
 - Exigir cumprimento, inclusive através da DRT;
 - Ultrapassar as “técnicas de comportamento”;
 - Refletir papel da CIPA;
 - Cuidado para não cobrarmos da CIPA algo que não esteja dentro deste papel (legislação/fiscalização);
 - Não ter ilusões quanto à nova NR-5;
 - Chave: Sindicatos têm a assessoria, credenciamento na DRT para dar Curso de CIPA;
 - Produto final X qualificação do sindicato;
 - Movimento sindical quer dar outro caráter, implantar outra dinâmica na CIPA?
 - Fundamental repensar nossas ações sindicais;
 - Qual é o espaço da CIPA. Disputa – Saber Coletivo;
 - Sindicato precisa resolver se quer investir na CIPA;
 - Preocupação maior em época de eleição: Sindicatos;
 - Punições e representantes da CIPA quando pautam assuntos polêmicos (ex: efetivo);
 - Não há discussão entre as CIPA's. O Sindicato não puxa essa discussão;
 - Politização da CIPA: Sindical – compromisso da FUP;
 - Exigência de autonomia das CIPA's;
 - Organização da Secretaria de Saúde (FUP e sindicatos);
 - Garantir as CIPA's o “poder de mando”. Discutir com a base as formas;
 - Priorizar estas questões (Saúde, segurança, meio ambiente), independentes da “conjuntura” (outras demandas do sindicato);
 - FUP: traçar política junto aos Sindicatos para atuação da CIPA;
 - Encontro de Cipeiros a nível nacional;
 - Representantes dos empregados: companheiros da formação política/sindical;
 - Ameaça da empresa X resistência da CIPA;
 - Fazer a CIPA ter poder: envolver todo o pessoal;
 - “Localizar” a atuação da CIPA;
 - OUSAR;
 - CIPA, cobrar a atuação do sindicato quando ela não existir;
 - Documentos da CIPA – Empresa teme. Divulgar os dados (ex: doenças ocupacionais, acidentes de trabalho).

1º CONFUP

Petroleiros e Sociedade

- Organizar para barrar/atenuar os efeitos das indústrias;
- Discutir com a sociedade, sensibilizá-la (tocá-la);
- Organizar os sindicatos para que estes juntos com a base possam “fomentar” política para a Federação;
- Sindicatos se instrumentalizarem: Assessorias;
- Sindicatos se organizarem: conselhos, programas de rádio, debates em escolas, etc.
- Envolver o povo para que sejamos nós a ditar a política;
- Não tem acúmulo quanto à questão ambiental;
- Envolver comunidades vizinhas (discussões/apoio);
- Não conhecemos as conseqüências das instalações industriais (ex: adultos)
- Sindicato dar apoio (estrutura) a essas discussões (as comunidades);
- Contrapor à política utilizada, unindo-se a Entidades ambientais, etc. Como trabalhar?
- Esse tipo de PETROBRÁS não é o que defendemos, mas não conseguimos discutir isso no momento da discussão da quebra do monopólio (campanha anterior à revisão);
- Discutir com a Sociedade. PETROBRÁS.
- Em alguns momentos defendemos de forma corporativa;
- Poder econômico, mídia, sociedade x petroleiros. Incompetência de enxergar o que ocorria;
- Defender a PETROBRÁS? Nosso AC? Nossa imagem?
- Manipulação das informações;
- Movimento sindical trabalhar a conscientização do petroleiro (primeiramente);
- Petroleiro: elite? Desmistificar esse suposto caráter;
- Petroleiro hoje não quer mais saber dessas discussões;
- Conscientização do trabalho, do sucateamento, das CIPA's, das irresponsabilidades da Presidência da PETROBRÁS, etc.
- Racionalidade;
- Postos de trabalho: negar o modelo de desenvolvimento existente x alternativa;
- Não sermos (somos) coniventes com o que está acontecendo;
- Petroleiro: raça em extinção. Discutir novas fontes de energia;
- Empresa pública – enfatizar. Prestar depoimentos à sociedade;
- Destruição da Empresa por dentro (inclusive a nível médio);
- Nós temos que denunciar. Acabar com a elite dentro da Corporação;
- Mudança na PETROBRÁS já vem sendo feita há muito tempo;
- Aposentados: envolvê-los nesta luta (aposentados petroleiros);
- Departamentos de aposentados no sindicato – espaço;
- A nossa discussão aqui está muito sistêmica;
- Realizar a empatia. O que eu estou fazendo? Nada.
- Petroleiro só atua em setembro (Campanha Salarial);
- Participar como cidadão nos diversos movimentos: Sem Terra, p. exemplo;
- Conquistar o espaço como cidadão. Resgatar a cidadania na medida do possível. Viabilizar, colocar à disposição conhecimento, estrutura;
- Trabalho do petroleiro: risco alto;
- Vistos como improdutivos: marajás;
- Burocracia é grande na Empresa;

1º CONFUP

- Reclamar cada vez mais para fora da Empresa;
- Os petroleiros não são coniventes. São vítimas e são culpados. Lavar a roupa suja fora de casa e não esconder o lixo debaixo do tapete;
- Os petroleiros é que são considerados culpados perante a população (poluição, acidentes, etc.);
- Trabalhadores da Empresa X Dirigentes da Empresa;
- Não temer os privatistas que vão querer explorar essas denúncias;
- Vai melhorar os piorar (ao denunciarmos);
- Propostas nossas para a Empresa – apresentar à sociedade diferenciando a nossa proposta, assumindo as diferenças com os dirigentes;
- Tendência: no meio da discussão do Monopólio haver acidentes, vazamentos, etc.
- Co-gestao – não jogar fora essa meta, se informar sobre as alterações/resoluções da diretoria da PETROBRÁS;
- Captar informações e repercuti-las;
- Obras/projetos necessários X indefensáveis – democratizar informações;
- Conciliar defesa do monopólio com as questões de saúde, ambientais – Vamos conseguir? A experiência anterior não foi positiva (atividade terciária);
- Petroleiro nem sempre foi visto como improdutivo. Necessidade de localizar categorias profissionais – coletivo;
- Marketing competente e criativo na defesa da PETROBRÁS (empresa pública), “Poluição X melhoria de vida, meio ambiente – petróleo”, Saúde, Meio ambiente – instrumento;
- Lobby no Congresso, articulação com outros sindicatos. Distribuição de material, marketing à população/localizar bem qual a mensagem que queremos passar (comunicação);
- Pensar em como sair da mesmice;
- Medo dos petroleiros em se expor à sociedade. Mídia – recuo;
- Relação dos trabalhadores de empreiteira – mandante;
- Abrir a discussão;
- Defender o monopólio, pontuando as discordâncias com o que existe dentro da Empresa;
- Encaminhar junto a FUP, que aprofundará discussão / deliberação destas ações junto aos Sindicatos em seus fóruns, plenárias, seminários, congressos;
- Sugestão: editar o trabalho (livro) da Leda “O trabalho dos Petroleiros...”. Se o livro da Leda e Iguti já estivesse na praça... a nossa luta não seria menos dura?
- Consideramos fundamental a continuidade destas discussões realizando, em convênio com a Fundacentro os próximos Cursos de Formação dos Petroleiros em Saúde e Meio Ambiente.

CALENDÁRIO

- 16 de agosto – Ato Nacional com manifestações em todas as unidades contra as últimas punições efetuadas pela Empresa e em memória dos trabalhadores mortos no acidente de Anchova;
- 23 de agosto – Dia nacional de luta junto com professores, bancários, etc.
- 26 de agosto – Encontro Nacional dos Bancários;
- 07 de setembro – Dia Nacional da Independência dos excluídos;

1º CONFUP

20 de novembro – Dia Nacional da Consciência negra (Dia de Zumbi), caravanas à Brasília e realizar atos unificados de manifestações.

PROPOSTA DE ACORDO COLETIVO DE TRABALHO PARA 95/96

CAPÍTULO 1- DOS SALÁRIOS

REAJUSTE SALARIAL

CLÁUSULA 1ª. - Em 1º de setembro de 1995, a Companhia reajustará os salários de seus empregados em 100% do ICV-DIEESE acumulado entre 1º de setembro de 1994 e 31 de agosto de 1995.

ANTECIPAÇÃO MENSAL DO SALÁRIO

CLÁUSULA 2ª. - A Companhia efetuará o pagamento normal dos salários no dia 25 do respectivo mês. Eventuais acertos desse pagamento serão processados e pagos dentro do prazo legal.

Parágrafo Único - A Companhia concederá o adiantamento de 50% do salário líquido estimado do mês, no dia 10 respectivo, para desconto integral no dia 25 subsequente.

CORREÇÃO SALARIAL E LINEARIDADE

CLÁUSULA 3ª. - A Companhia corrigirá, a partir de outubro de 1995 os salários de seus empregados mensalmente, de acordo com a variação do ICV-DIEESE do mês imediatamente anterior.

PROPORCIONALIDADE - REAJUSTE INTEGRAL

CLÁUSULA 4ª. - A Companhia garante correção integral de salário para os empregados admitidos após a data-base, desconsiderando, desse modo, a figura da proporcionalidade.

PASSIVOS TRABALHISTAS

CLÁUSULA 5ª. - A Companhia reporá as perdas salariais anteriores a setembro de 1995 são contempladas nos Acordos Coletivos já pactuados, sem prejuízo do direito às diferenças

1º CONFUP

vencidas até a data do acordo (Planos Bresser, Verão e Collor, Horas Extras de Turno, Diferenças do 130 de 1994).

Parágrafo único - Todos os empregados ativos, aposentados e pensionistas serão reclassificados nos níveis salariais, na mesma proporção da tabela salarial dos empregados que obtiveram na Justiça a incorporação nos vencimentos de 26,06%, decorrente das perdas produzidas pelo “Plano Bresser”.

AUMENTO REAL POR PRODUTIVIDADE

CLÁUSULA 6ª. - Sobre os salários corrigidos na fórmula da cláusula 1ª. incidirá percentual, conforme documento em anexo, a título de aumento real e produtividade.

PERDAS SALARIAIS

CLÁUSULA 7ª. - A Companhia pagará no mês de setembro de 1995 a título de perda da massa salarial, o equivalente a 1,32 salários estimados para o mês de setembro de 1995, com base na fórmula da Cláusula 1ª.

TRABALHADORES DO SISTEMA PETROBRÁS

CLÁUSULA 8ª. - A Companhia e a FUP acordam que os princípios constantes nas cláusulas relativas a salários desse Acordo Coletivo valerão também para todo o Sistema PETROBRAS, sendo extensivos, portanto, aos trabalhadores de todas as subsidiárias.

CAPITULO II - MELHORES CONDIÇÕES

ATS

CLÁUSULA 9ª. - A Companhia pagará o Adicional por Tempo de Serviço - ATS (Anuênio) para todos os empregados, de acordo com a tabela utilizada no A.C. 93/94.

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS (PL)

CLÁUSULA 10 - A Companhia e os representantes dos empregados instituirão conjuntamente uma comissão paritária para estabelecer percentual a título de participação nos lucros verificados na empresa.

Parágrafo único- Enquanto este percentual não for definido, a Companhia., concederá a título de participação nos lucros, indistintamente, a todos os empregados, o maior índice aplicado pela PETROBRAS.

PERICULOSIDADE

1º CONFUP

CLÁUSULA 11 - A Companhia concederá o adicional de Periculosidade, dentro de suas características básicas e da legislação, sendo vedado o pagamento retroativo a qualquer título.

GRATIFICAÇÃO DE FÉRIAS (G.F)

CLÁUSULA 12 - A Companhia manterá a concessão da Gratificação de Férias a todos os empregados do sistema PETROBRAS.

Parágrafo único- O pagamento será efetuado na folha do mês que anteceder ao gozo de férias.

INDENIZAÇÃO DA G.F

CLÁUSULA 13 - A Companhia garante aos empregados o pagamento da indenização da Gratificação de Férias, correspondente ao período aquisitivo proporcional ou vencido e não gozado, em todas as rescisões contratuais e nos casos de aposentadoria.

Parágrafo único- Não fará jus à indenização da Gratificação de Férias proporcional o empregado dispensado a pedido com menos de 1 (um) ano de casa e aquele demitido por justa causa.

ADICIONAL DE SOBREVISO (ASA)

CLÁUSULA 14 - A Companhia manterá em 40% (quarenta por cento) o valor do Adicional de Sobreaviso (ASA), incidente sobre o Salário Básico efetivamente percebido no mês, acrescido do Adicional de Periculosidade.

Parágrafo único - Sempre que o trabalho efetivo, em jornada de trabalho de regime em Sobreaviso, exceder às 12 horas legais, será devido o pagamento de horas extraordinárias.

ADICIONAL DE EQUIPE SISMICA

CLÁUSULA 15 - A Companhia concederá aos empregados, enquanto estiverem efetivamente engajados em trabalho de equipe sísmica terrestre, um adicional no valor equivalente a 20% (vinte por cento) dos respectivos Salários Básicos.

ADICIONAL DE CONFINAMENTO

CLÁUSULA 16 - A Companhia manterá o percentual do Adicional Regional de Confinamento (ARC) em 5%, 10%, 15% e 30%, assegurados os critérios de concessão do referido adicional, constantes da Norma-3020/00-00, de Administração de Cargos e Salários.

ADICIONAL DE HORA REPOUSO ALIMENTAÇÃO (HRA)

CLÁUSULA 17 - A Companhia manterá o valor do Adicional de Hora de Repouso e Alimentação levando em conta a média real dos dias trabalhados, considerando as diversas

1º CONFUP

jornadas trabalhadas, adotando o respectivo Total de Horas Mensais (THM), conforme Norma 30-20-00/00.

TOTAIS DE HORAS MENSAIS (THM)

CLÁUSULA 18 - A Companhia manterá em 200, 180, 175 e 168 o Total de Horas Mensais (THM) para pagamento e desconto de ocorrências de frequência, respectivamente, para as cargas semanais de 40 horas, 36 horas, 35 horas, e 33 horas e 36 minutos.

Parágrafo único - A Companhia, manterá os critérios e procedimentos referentes a desconto de faltas sem motivo justificado e quanto ao número de horas descontadas em função de cada tipo de regime e jornada adotados, bem como os descontos concomitantes dos números proporcionais de horas referentes ao repouso semanal remunerado.

HORAS EXTRAS (HE) REMUNERADAS

CLÁUSULA 19 - A Companhia restringirá a realização de serviço extraordinário aos casos de comprovada necessidade. A Cia. garante que as horas suplementares trabalhadas serão remuneradas com acréscimo de 100% (cem por cento).

Parágrafo único - Quando as horas extras forem realizadas no sábado, domingo ou feriado, será concedida uma folga correspondente ao dia trabalhado, sempre nos dias que antecederem ao sábado 011 feriado, sem prejuízo do pagamento das horas extras.

HE/ REPOUSO

CLÁUSULA 20 - A Companhia garante que, nos casos em que o empregado, encontrando-se nos períodos de descanso fora do local de trabalho, venha a ser convocado para a realização de serviço extraordinário para o qual não tenha sido previamente convocado, as horas suplementares trabalhadas nesse período serão remuneradas com um acréscimo de 100% (cem por cento), observando-se um número mínimo de 05 (cinco) horas suplementares, independente do número de horas trabalhadas inferiores a 05 (cinco), como recompensa ao esforço despendido naquele dia.

HE/ DOBRA DE TURNO

CLÁUSULA 21 - A Companhia garante aos empregados que trabalham em regime de revezamento em turnos, remuneração das horas trabalhadas a título de dobra de turno acrescidas de 100% (cem por cento), qualquer que seja o número de horas, seja por prorrogação, seja por antecipação da jornada normal prevista na escala de revezamento.

Parágrafo único - Quando o empregado dobrar sua jornada de trabalho, terá direito a folga na sua primeira jornada subsequente, sem prejuízo das extras oriundas das dobras e do salário do dia folgado. Quando a dobra ocorrer em instalações OFFSHORE, ou no campo, o direito a folga será garantido no início ou final do período de férias.

1º CONFUP

HE/INTEGRAÇÃO DOS ADICIONAIS DE CÁLCULO

CLÁUSULA 22 - A Companhia incluirá no cálculo das horas extras do pessoal de revezamento de turno os adicionais efetivamente percebidos pelo empregado, inclusive o Adicional de Hora Repouso e Alimentação (HRA).

HE/VIAGEM A SERVIÇO

CLÁUSULA 23 - No caso de viagem a serviço da Companhia que coincida com o dia de folga ou de repouso remunerado, a Companhia garante a sua retribuição como se fora de trabalho extra, nos limites da jornada normal. Excetuam-se desse tratamento os empregados isentos de ponto e aqueles que viajarem para o cumprimento de programa de treinamento.

HEI INTEGRAÇÃO PARA O H.A

CLÁUSULA 24 - A Companhia incluirá no cálculo das horas extras do pessoal de regime administrativo, o Adicional de Periculosidade, o Adicional de Tempo de Serviço e o Adicional Regional, quando o empregado fizer jus aos referidos adicionais.

AUXÍLIO ALMOÇO

CLÁUSULA 25 - A Companhia compromete-se, na vigência do presente instrumento, a atualizar nas mesmas épocas de reajuste geral dos salários, os valores pagos a títulos de Auxílio Almoço, tendo como base a variação do índice do custo de alimentação.

ANTECIPAÇÃO DO 13% SALÁRIO

CLÁUSULA 26 - No exercício de 1996, não havendo manifestação em contrário do empregado, expressa e por escrito a Companhia pagará até o dia 15 de janeiro, como adiantamento do 13º salário (lei 4.090/62 e 4.749/65), metade da remuneração devida naquele mês. O empregado poderá optar, também, por receber esse adiantamento por ocasião do gozo de férias, se ocorrer em mês diferente de janeiro. Em julho, com base na remuneração desse mês, a Companhia pagará a diferença resultante entre a metade desse novo valor e o adiantamento já recebido, pelo empregado, até junho. A Companhia pagará ainda a esses empregados, a diferença entre o (s) adiantamentos concedido (s) e o valor da metade do 13% salário calculado com base na remuneração do mês de férias.

13º SALÁRIO REMANESCENTE

CLÁUSULA 27 - O pagamento da diferença da antecipação do 13º salário (complementar ou integral) do ano de 1995, será efetuado no dia 25.11.1995. Em dezembro de 1995, na forma da legislação em vigor, a Companhia promoverá os ajustes desse pagamento.

AUXÍLIO DOENÇA - FÉRIAS E 13º SALÁRIO

1º CONFUP

CLÁUSULA 28 - A Companhia garante, nos casos de afastamento do empregado em decorrência de doença ou acidente, por até 180 (cento e oitenta), dias, devidamente caracterizados pelo órgão de saúde da Companhia ou da Previdência Social, que este receberá o 130 salário e as férias do período, além das vantagens que lhe são asseguradas.

AUXÍLIO DOENÇA - COMPLEMENTAÇÃO

CLÁUSULA 29 - A Companhia assegurará, a título de Complementação do Auxílio- Doença, a complementação da remuneração integral do empregado afastado, em decorrência de Acidente de Trabalho ou Doença Profissional: durante os 6 (seis) primeiros anos de afastamento e durante os 5 (cinco) primeiros anos, para os demais casos de Auxílio-Doença.

AUMENTO POR MÉRITO

CLÁUSULA 30 - A Companhia manterá os interstícios de 12 (doze) meses para a concessão de Aumento por Mérito a todos os seus empregados, inclusive os anistiados e reintegrados.

ADICIONAL DE INTERINIDADE

CLÁUSULA 31 - A Companhia garante o pagamento do Adicional de Interinidade a partir o primeiro dia de substituição interina, em qualquer situação, tendo como base o salário do substituído.

Parágrafo único - O acréscimo percebido em razão da substituição interina terá sua média duodecimal computada para cálculo da remuneração de férias, (gratificação de férias e 13º salário).

ADICIONAIS DE PERICULOSIDADE E REGIONAL - CABIMENTO

CLÁUSULA 32 - A Companhia efetuará, nos termos das Normas 30-08-00 e 30-20-00/00, respectivamente, o pagamento do Adicional de Periculosidade e do Adicional Regional de Confinamento ao pessoal designado para executar trabalhos em instalações "OFFSHORE" (embarcado) ou no campo (confinado), desde o primeiro dia de trabalho nessas condições, independente do número de dias embarcados ou confinados.

Parágrafo único - O referido pagamento não será devido nos casos de visitas ou estadas eventuais naquelas instalações e locais, com duração inferior a 24 (vinte e quatro) horas.

ADICIONAL REGIONAL - TRANSFERÊNCIA

CLÁUSULA 33 - A Companhia manterá o pagamento de indenização do Adicional Regional no caso de transferência ou designação do empregado, para servir em localidades onde a concessão da vantagem não esteja prevista em Norma e desde que já venha percebendo, por mais de 12 (doze) meses consecutivos.

1º CONFUP

Parágrafo único - A Companhia concederá a todos os empregados transferidos por conveniência da empresa, o pagamento do auxílio residência por um período de 3 (três) anos.

REMUNERAÇÃO - PAGAMENTO

CLÁUSULA 34 - A Companhia se compromete a adotar valores vigentes na data do efetivo pagamento de parcelas referentes a serviço extraordinário, vantagens por engajamento eventual em outros regimes, indenizações normativas e demais situações análogas.

CAPÍTULO III- DOS BENEFÍCIOS

AUXÍLIO CRECHE

CLÁUSULA 35 - A Companhia concederá o Auxílio-Creche/Acompanhante, nas seguintes condições:

a) Clientela:

- empregadas com filho ou com a guarda/ tutela de menor, em decorrência de sentença judicial, até 36 meses de idade da criança

- empregados solteiros, viúvos, separados judicialmente ou divorciados, com a guarda/ tutela de filho ou menor, em decorrência de sentença judicial, até 36 meses de idade da criança.

b) Critério de reembolso:

- auxílio financeiro automático do valor •da tabela-limite do auxílio creche/acompanhante elaborada pela Companhia em conjunto com os sindicatos, com reajustes mensais.

Parágrafo único - É previsto o reembolso integral das despesas comprovadas na utilização de creche, enquanto a criança tiver até 36 meses de idade.

ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR

CLÁUSULA 36 - A Companhia manterá o Programa de Assistência Pré-Escolar nos termos da legislação vigente, resguardando o direito dos empregados, aposentados e pensionistas optarem entre o mesmo e os benefícios do Auxílio-Creche/Acompanhante.

ASSISTÊNCIA MÉDICA SUPLETIVA (AMS) CUSTEIO

CLÁUSULA 37 - A Companhia adotará para o exercício de 1996, o mínimo de 4,5% (quatro e meio por cento) da despesa d pessoal (salários, vantagens, previdência e assistência social e encargos trabalhistas, excluída a Assistência Médica Supletiva - AMS e odontológica), para o custeio dos programas de Assistência Médica Supletiva (AMS), inclusive odontologia e de Assistência ao Excepcional (PAE).

Parágrafo 1º - A Companhia desenvolverá esforços para o credenciamento de profissionais de saúde de todas as especialidades médicas e odontológicas existentes nas localidades em que residam seus empregados.

1º CONFUP

Parágrafo 2º - Fica garantido o direito ao sistema de livre escolha.

AMS - BENEFICIÁRIOS

CLÁUSULA 38 - A Companhia concederá a AMS para os empregados e demais beneficiários constantes da tabela a seguir:

BENEFICIÁRIOS DA ASSISTÊNCIA MÉDICA SUPLETIVA

A - EMPREGADO

Desde que esteja recebendo remuneração da Companhia.

B - DEPENDENTES DO EMPREGADO

- CÔNJUGE - Na vigência do casamento.

2 - EX-CÔNJUGE - Mediante determinação judicial.

3 - COMPANHEIRA - Inscrita no INSS nesta condição, com convivência comprovada ou na existência de filhos do casal.

4 - COMPANHEIRO - Com convivência comprovada ou na existência de filhos do casal.

5 - FILHO/ FILHA/ ENTEADO - (Desde que solteiro), até 21 anos; MENOR SOB GUARDA acima de 21 anos e até 24 anos se universitário; OU TUTELA de qualquer idade, se inválido e DEPENDENTE SOB CURATELA.

6 - PAI - Maior de 65 anos ou inválido, sem economia própria ou com renda mensal até 04 (quatro) salários mínimos.

7 - MÃE - Solteira, viúva ou separada judicialmente, sem economia própria ou com renda mensal até 04 (quatro) salários mínimos ou quando estiver convivendo com o marido o mesmo seja dependente do empregado na Companhia.

8 - PADRASTO - Desde que comprovado o casamento, maior de 65 anos ou inválido, sem economia própria ou com renda mensal até 04 (quatro) salários mínimos.

9 - MADRASTA - Desde que comprovado o casamento, e o marido seja dependente do empregado ou seja viúva, sem economia própria ou com renda mensal até 04 (quatro) salários mínimos.

C - APOSENTADO

Manutenção da atual política ou Assistência Médica Supletiva (AMS), com extensão aos beneficiários nos mesmos moldes da ativa a todos os que tenham pedido desligamento da Companhia., para aposentadoria, desde que:

a) Requeira sua aposentadoria e receba seus proventos através da Petros nos termos do convênio Petrobrás-INSS.

b) Desde que preencham os requisitos exigidos que incluem-se neste os aposentados com direito a AMS.

1º CONFUP

e) Não tenha sido dispensado por justa causa.

Exceto:

- Os ex-empregados amparados pela Lei da Anistia que utilizaram o benefício de aposentadoria.
- Os ex-empregados que tenham estado em Auxílio Doença concedido pelo INSS e tiveram esse benefício transformado em Aposentadoria por invalidez, para os quais o prazo será o período compreendido entre a data do desligamento da Companhia e o início do Auxílio-Doença.

Desde que preencham os requisitos a,b,c, incluem-se entre os aposentados com direito à

- o não mantenedor beneficiário da PETROS;
- o que se aposenta após o acordo rescisório, mesmo o celebrado na justiça;
- o pré-existente à criação da PETROS.

D - DEPENDENTES DO APOSENTADO

São aqueles reconhecidos como dependentes do empregado, citados no item B.

E - PENSIONISTAS E DEPENDENTES DE EMPREGADO FALECIDO

Desde que recebam os proventos (pensão do INSS ou suplementação de pensão da PETROS) através da PETROS.

Os dependentes dos empregados falecidos são aqueles reconhecidos como dependentes do empregado, citados no item B.

AMS - CUSTEIO DE EMPREGADOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS

CLÁUSULA 39 - A participação dos empregados, aposentados e pensionistas no custeio da AMS será efetuada conforme a tabela a seguir:

% DE PARTICIPAÇÃO

CLASSE DE RENDA

em MSBP (*)

		<u>GRANDE RISCO</u>		<u>PEQUENO RISCO</u>	
		ATE 3 DEPEN	MAIS DE 3 DEPEN.	ATE 3 DEPEN.	ACIMA DE 3 DEPEN.
Até	1,3 MSBP	2,0	1,5	7,0	5,0
Até	2,4MSBP	3,5	2,0	14,0	11,0
Até	4 8 MSBP	6,5	5,5	22,0	19,0
Até	9:6 MSBP	11,0	9,0	27,0	24,0
Até	192 MSBP	17,0	15,0	31,0	28,0

1º CONFUP

Acima de 19,2 MSBP 19,0 17,0 35,0 32,0

(*) MSBP - Menor Salário Básico Praticado

AMS - TABELA DO GRANDE RISCO

CLÁUSULA 40 - A Companhia dará a cobertura financeira prevista na tabela do Grande Risco da AMS, para a diária de 1 (um) acompanhante nos casos de internação de:

- a) empregados, aposentados e pensionistas que sejam beneficiários da AMS com idade superior a 55 anos,
- b) dependentes menores, com até 15 anos de idade (inclusive);
- e) dependentes, com idade superior a 55 anos e;
- d) doentes terminais.

Parágrafo único - A Companhia assumirá os custos com traslado e estadia do beneficiário e seu acompanhante, quando a localidade em que residir não oferecer o atendimento técnico necessário.

AMS - COBERTURA ODONTOLÓGICA

CLÁUSULA 41 - A Companhia concederá cobertura da MAS, tratamento odontológico e ortodôntico, para os empregados e seus dependentes, beneficiários da AMS, independentemente da carência.

AMS - TABELAS DE PROCEDIMENTOS

CLÁUSULA 42 - A Companhia manterá gestões junto às sociedades médicas e odontológicas excetuando-se as de finalidade comercial, no sentido de analisar a composição das tabelas de procedimentos, bem como desenvolverá esforços para o credenciamento de profissionais para o atendimento dos empregados pela AMS, com ênfase naquelas localidades onde as carências de atendimento sejam mais acentuadas.

PROGRAMA DE ATENDIMENTO AO EXCEPCIONAL (PAE)

CLÁUSULA 43 - A Companhia concederá o Programa de Assistência ao Excepcional (PAE) para dependentes de empregados, aposentados e pensionistas. A participação financeira dos empregados, aposentados e pensionistas no PAE será aquela definida na Assistência Médica Supletiva (AMS) na modalidade de Grande Risco.

Parágrafo 1º - Referidos dependentes são aqueles reconhecidos pela Companhia por vontade expressa do empregado e/ou aposentado quando em vida.

Parágrafo 2º - A Tabela de Auxílio do PAE será revista pela Companhia, garantindo, no mínimo, os valores e tetos atuais.

1º CONFUP

PAE - PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO

CLÁUSULA 44 - A Companhia realizará, na vigência do presente instrumento, programa destinado à orientação dos empregados quanto ao PAE, Para a realização do Programa de Orientação, os Sindicatos darão o seu apoio a participação.

PETROS - REPRESENTAÇÃO DOS MANTENEDORES BENEFICIÁRIOS

CLÁUSULA 45 - A Companhia assegurará a representação dos Mantenedores Beneficiários no Conselho de Curadores da Fundação PETROBRAS de Seguridade Social - PETROS através de 2 (dois) diretores 4 (quatro) curadores e 2 (dois) conselheiros fiscais, membros titulares e respectivos suplentes. Esses representantes serão obrigatoriamente Mantenedores-Beneficiários em gozo de seus direitos estatutários e com mais de 5 (cinco) anos de vinculação trabalhista a Companhia e deverão ser eleitos pelos Mantenedores-Beneficiários em votação secreta fiscalizada pela Companhia e pelos Sindicatos.

PETROS - REVISÃO DO PLANO DE SEGURIDADE

CLÁUSULA 46 - A Companhia manterá os sindicatos informados sobre a evolução dos estudos referentes à revisão do Plano de Seguridade da PETROS.

AMS: DIRIGENTES SINDICAIS

CLAUSULA 47 - A companhia se compromete a estender os benefícios da Assistência Médica Supletiva aos dirigentes sindicais afastados em licença não remunerada, para o cumprimento de mandato sindical e respectivos dependentes.

Parágrafo único - A parcela relativa à participação no custeio da AMS dos dirigentes sindicais citados no caput será ressarcida mensalmente pelos Sindicatos a que estiverem filiados mediante dedução nos seus respectivos créditos Junto Companhia.

EXAME PERIÓDICO / APOSENTADOS

CLÁUSULA 48 - A Companhia elaborará, para distribuição aos aposentados, manual de orientação sobre avaliação periódica de saúde, a ser realizada voluntariamente, usando os recursos disponíveis na AMS, obedecidas as condições das cláusulas 38 e 39.

Parágrafo Único - A Companhia estudará junto à Fundação PETROBRÁS de Seguridade Social - PETROS, instrumentos para o reforço periódico dessas orientações.

PENSIONISTA - SUPLEMENTAÇÃO

1º CONFUP

CLÁUSULA 49 - A Companhia solicitará a PETROS estudo de viabilidade e condições para que a suplementação de pensão paga às pensionistas se situe em percentual mínimo de 80%, aplicado sobre o valor da suplementação paga ao mantenedor-beneficiário em vida.

Parágrafo único - O aporte financeiro referente ao período de afastamento dos anistiados de 1983, para efeito de aposentadoria, será pago pela companhia, inclusive aos empregados que retomaram após 1985.

PLANO DE SAÚDE ESPECIAL

CLAUSULA 50 - A Companhia garantirá aos portadores do vírus HIV, plano de saúde especial que ofereça todas as condições técnicas para o tratamento da doença.

CAPÍTULO IV - DA SEGURANÇA NO EMPREGO

GARANTIA DE EMPREGO

CLÁUSULA 51 - Objetivando valorizar o bom empregado, a PETROBRÁS assegura manter a sua atual política de emprego, comprometendo-se a não proceder dispensa coletiva ou de caráter sistemático, não implantar rotatividade de pessoal, bem como não promover despedidas arbitrárias.

Parágrafo único - Acordam as partes que não serão consideradas como despedidas arbitrárias aquelas que se fundarem em falta grave.

ESTABILIDADE - GESTANTE

CLAUSULA 52 - A Companhia garante emprego e salário à empregada gestante, até 5 (cinco) meses após o parto, nos termos do estabelecido na letra b, inciso II, do artigo 10 das Disposições Transitórias da Constituição Federal.

ESTABILIDADE - ACIDENTADO

CLÁUSULA 53 - A Companhia assegura emprego e salário, por 1 (um) ano, ao empregado acidentado no trabalho, a partir da cessação do Auxílio-Doença acidentário. Esta garantia não vigorará nos casos de rescisão de contrato com base no artigo 4 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

ESTABILIDADE - DOENÇA PROFISSIONAL

CLÁUSULA 54 - A Companhia assegura as mesmas garantias de emprego e salário concedidas aos acidentados no trabalho, ao empregado portador de doença profissional, contraída no exercício do atual emprego, desde que comprovada pelo órgão de saúde da Companhia ou pelo órgão competente da Previdência Social.

1º CONFUP

CAPITULO V - DO PLANEJAMENTO RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E MOVIMENTM DE PESSOAL

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

CLÁUSULA 55 - A Companhia praticará o princípio da Avaliação de Desempenho que não contenha o Sistema de Curva Forçada.

Parágrafo único - Qualquer modificação no sistema de avaliação de desempenho só será implementada após ser acordada com a Federação Única dos Petroleiros.

PLANO DE CARGOS

CLÁUSULA 56 - Os contratos para provimento de funções de Direção e Chefia e Assessoramento, de funções não integrantes do plano de Cargos e os Técnicos Estrangeiros não se vincularão ao quadro permanente da Companhia, devendo o contrato extinguir-se ao final do mandato, da missão, do prazo estipulado, ou do mandato do Dirigente a que esteja vinculado.

PCCS - REFORMULAÇÃO

CLÁUSULA 57 - A Companhia compromete-se a iniciar imediatamente estudos para reformulação do PCCS, que deverão ser apresentados até maio de 1996 à Federação Única dos Petroleiros, para negociação de implementação de um novo plano.

NÍVEIS SALARIAIS - APOSENTADOS

CLÁUSULA 58 - A Companhia manterá a atual relação dos níveis salariais dos aposentados, considerando o último nível da faixa em que se aposentaram, sempre que forem criados novos níveis em cada função, inclusive os decorrentes da última alteração no plano de cargos e salários da empresa.

CARGO PÚBLICO - ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

CLÁUSULA 59 - A Companhia assegura que o afastamento do emprego, em virtude de encargos públicos, não constituirá motivo para alteração ou rescisão do contrato de trabalho do empregado.

Parágrafo único - Quando do retorno do empregado, do referido afastamento, o mesmo será lotado no órgão de origem.

HOMOLOGAÇÃO - SINDICATOS

CLÁUSULA 60 - A Companhia garante que as homologações das rescisões dos contratos de trabalho dos empregados, quando exigidas por lei, deverão ser realizadas nos Sindicatos

1º CONFUP

representativos da categoria profissional, desde que no local exista representação da entidade de classe.

MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

CLÁUSULA 61 - A Companhia informará, mensalmente, a cada Sindicato, a movimentação de pessoal ocorrida em sua base territorial.

TRABALHADORES DO SISTEMA

CLÁUSULA 62 - A Companhia compromete-se a absorver, a partir de 01/09/95, todos os trabalhadores dos quadros efetivos das empresas do Sistema Petrobrás admitidos legalmente, que estão prestando serviços através de cessão/requisição.

ESTÁGIO - PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO EMPRESA/ESCOLA

CLÁUSULA 63 - A Companhia se compromete, a conceder estágios referentes ao Programa de Integração Empresa x Escola de que trata a Lei nº 6.494 de 07.12.77, e a receber bolsista em Curso de Formação, utilizando-os em trabalhos que contribuam para sua formação profissional e somente sob adequada supervisão, não os considerando como componente do efetivo mínimo.

PROCESSO SELETIVO

CLÁUSULA 64 - Nos casos de abertura de processo seletivo a Companhia assegura precedência ao recrutamento interno, possibilitando deste modo a ascensão de seus empregados a cargos mais elevados, bem como garante a divulgação da lista dos aprovados, em ordem de classificação, no final do processo.

Parágrafo 1º - Quando necessário, as fases de recrutamento e seleção poderão ser realizadas interna e externamente em caráter simultâneo, sendo o Sindicato devidamente comunicado, ficando garantida a prioridade aos candidatos internos aprovados em todas as etapas do processo seletivo, desde que satisfeitas, quando de sua inscrição, todas as condições estabelecidas no respectivo processo

Parágrafo 2º - Será dada ampla divulgação aos processos seletivos, respeitada sua área de abrangência.

Parágrafo 3º - A Companhia garantirá a reclassificação dos aprovados em todas as etapas do processo, respeitada sua classificação, as necessidades do órgão, e o número de vagas estabelecidas.

Parágrafo 4º - A Companhia fornecerá aos empregados todas as informações sobre as condições e andamento de processos seletivos, visando garantir a sua absoluta transparência.

INTERINIDADE

1º CONFUP

CLÁUSULA 65 - A Companhia garante que, nos casos de interinidade exercida por 180 (cento e oitenta) dias, vencido este prazo promoverá o preenchimento em caráter efetivo.

CAPITULO VI- DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

CINCO FALTAS

CLÁUSULA 66 - A Companhia permitirá ao empregado faltar até 5 (cinco) vezes ao ano, sem que ocorra descontos nos salários.

LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO MÉDICO

CLÁUSULA 67 - A Companhia concederá licença ao empregado, quando dependente deste necessitar de internação ou tratamento de saúde, desde que solicitado mediante apresentação de atestado médico.

PROCESSAMENTO DE DADOS

CLÁUSULA 68 - A Companhia garante que o tempo efetivo de entrada de dados não excederá a limite de 5 (cinco) horas, sendo que no período de tempo restante da jornada, o empregado poderá exercer outras atividades inerentes ao seu cargo.

Parágrafo único - A Companhia garante, nas atividades de entrada de dados, intervalo de 10 (dez) minutos de repouso, para cada 50 (cinquenta) minutos trabalhados, não deduzidos da jornada normal de trabalho.

TURNO ININTERRUPTO DE REVEZAMENTO

CLÁUSULA 69 - Em atendimento ao inciso X do artigo 7º da Constituição Federal, a carga semanal do pessoal engajado no esquema de turno ininterrupto de revezamento é de cinco grupos de turnos, com jornada de 8 horas diárias e carga semanal de 33,6 horas, sem que, em consequência, caiba pagamento de qualquer horas extras, garantido, porém, o pagamento dos adicionais de trabalho noturno, hora de repouso e alimentação e periculosidade, quando couber.

Parágrafo 1º - Nas unidades onde sejam praticadas cargas diárias ou semanais diferentes da estabelecida no Caput, a Companhia compromete-se a respeitar, enquanto os empregados não manifestarem desejo de modificá-la.

Parágrafo 2º - A Companhia estenderá a todos os empregados em turno ininterrupto de revezamento eventuais vantagens referentes a este regime de trabalho que venham a ser defendidas pela justiça do trabalho em reclamações trabalhistas ajuizadas pelos Sindicatos, como substituto processual, simples representante ou qualquer reclamação trabalhista individual ou coletiva, em que figure como reclamada a Companhia a partir do trânsito em julgado, ou seja, quando não couber mais recursos no mesmo processo, admitidas, desde logo, a compensação ou dedução de qualquer pagamento efetuado a mesmo título ou mesmo objetivo.

1º CONFUP

EQUIPE SÍSMICA - RELAÇÃO TRABALHO/FOLGA

CLAUSULA 70 - A Companhia concederá aos empregados efetivamente engajados em trabalho de equipes sísmicas terrestres, a relação trabalho /folga de 1 x1, jornada de 10 horas e a carga semanal de 35 horas.

LICENÇA ADOÇÃO

CLÁUSULA 71 - A Companhia concederá licença adoção pelo período de 30 dias aos empregados que adotarem menores até a idade de 07 (sete) anos completos, na forma estabelecida na legislação específica para adoção. A licença terá vigência a partir do 1º dia em que a mãe ou o pai adotivo receber o menor sob sua responsabilidade através do termo legal.

HORÁRIO ADMINISTRATIVO (HA) - JORNADA

CLÁUSULA 72- A Companhia garante a jornada corrida de 06 (seis) horas diárias para os empregados sujeitos ao horário administrativo, sem redução do salário contratado.

EXAME PRÉ-NATAL

CLÁUSULA 73 - A Companhia concederá às suas empregadas as dispensas necessárias, para que se submetam ao exame pré-natal, a critério do órgão de saúde da Companhia.

CONFINAMENTO EM CAMPOS DE PRODUÇÃO / ESTUDOS

CLÁUSULA 74 - A Companhia, manterá para os empregados que trabalham nos campos de produção os regimes de trabalho de turno de revezamento ou de sobreaviso.

CAPÍTULO V - DA SEGURANÇA DO TRABALHO, DO MEIO AMBIENTE E DA SAÚDE OCUPACIONAL

EXAME MÉDICO - GRATUIDADE

CLÁUSULA 75 - A Companhia isentará os empregados de qualquer participação nas despesas relativas à realização de exames médicos por ela solicitados, relacionados com o trabalho ou explicitados em normas.

EXAMES DOS EMPREGADOS DE EMPREITEIRAS

CLAUSULA 76 - A Companhia exigirá das empreiteiras a realização dos exames de saúde periódicos, e os programas específicos de treinamento em segurança para os empregados das mesmas.

1º CONFUP

ESTABILIDADE DO ACIDENTADO

CLAUSULA 77 - A Companhia assegura ao empregado que sofreu acidente de trabalho, ou portador de doença profissional, pelo prazo mínimo de doze meses, a partir do acidente ou da constatação da moléstia, a manutenção de seu contrato de trabalho, independentemente da percepção de auxílio doença.

READAPTAÇÃO - ACIDENTADO/DOENÇA OCUPACIONAL

CLÁUSULA 78 - A Companhia manterá a atual política de readaptação para o empregado reabilitado pela Instituição Previdenciária, em cargo compatível com a redução de sua capacidade laborativa ocorrida em razão de acidente ou doença, segundo parecer médico do órgão oficial.

Parágrafo único - Será garantida a percepção da remuneração total paga à época do acidente ou constatação da doença ocupacional, ao empregado reabilitado.

PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO - NUTRICIONISTA

CLÁUSULA 79 - A Companhia obriga-se a supervisionar o programa de alimentação, com apoio de profissionais da área de nutrição efetivos da empresa, informando aos Sindicatos as condições existentes e as modificações a serem implementadas.

CIPA/CST

CLÁUSULA 80 - A Companhia garantirá a transformação das CIPA's em Comissões de Saúde do Trabalhador (CST).

Parágrafo único - As eleições da CIPA/CST serão convocadas e coordenadas pelo Sindicato e pela Companhia, comunicadas à categoria com antecedência de 90 (noventa) dias, observando-se os seguintes procedimentos:

- a) - Todos os participantes da CIPA/CST dos empregados serão eleitos por escrutínio direto e secreto. O número base para a definição dos participantes da CIPA/CST é de um titular e um suplente para cada grupo de 50 (cinquenta) trabalhadores, com estabilidade para todos os membros titulares e suplentes;
- b) A CIPA/CST terá acesso a todas as informações e dados estatísticos referentes à saúde, segurança do trabalho e meio ambiente;
- c) Todos os membros da CIPA/CST serão liberados pela Companhia, diariamente, por um período mínimo de uma hora, para inspeção regular nos locais de trabalho, bem como para participar de reuniões da Comissão e exercício das demais atividades exigidas pelo cargo, sem prejuízo da remuneração;
- d) É permitida a reeleição dos membros da CIPA/CST;
- e) É vedada a transferência dos componentes de seus locais de trabalho, sem a expressa anuência do mesmo, homologada pelo Sindicato;

1º CONFUP

1) A CIPA/CST terá acesso a todos os locais de trabalho, sendo vedada à Companhia impedir, limitar ou inibir suas ações;

g) Os componentes da CIPA/CST têm direito a estarem presentes e acompanharem todas as diligências na análise dos acidentes ocorridos nas respectivas áreas de atuação, devendo a empresa informá-los previamente sobre tais atividades;

li) A Companhia garantirá a formação de urna CIPA/CST para cada plataforma marítima.

CIPA/CST - PARTICIPAÇÃO DO SINDICATO

CLÁUSULA 81 - A Companhia assegura a presença, às reuniões da CIPA/CST, de um representante sindical indicado pelo respectivo órgão de classe, fornecendo-se ao Sindicato cópia das atas.

CUP/CST - AMPLIAÇÃO INDUSTRIAL

CLÁUSULA 82 - A Companhia garantirá a participação dos Sindicatos, CIPA's/CST's, nos projetos de ampliação, criação e manutenção de suas instalações industriais, detectando os impactos sobre o meio ambiente; sobre a saúde dos trabalhadores e da população vizinha, definindo os respectivos mecanismos de controle

COMUNICAÇÕES OBRIGATÓRIAS

CLÁUSULA 83 - A Companhia assegura o encaminhamento ao respectivo Sindicato:

a) Cópia da Comunicação do Acidente de Trabalho (C.A.T.), no prazo de 24 (vinte e quatro) horas de sua emissão, de empregado acidentado, afastado por doença profissional, ou em agravamento desta;

b) Cópia dos relatórios das CIPAS/CST a respeito de acidente sem afastamento e outros incidentes,

c) Cópia dos Relatórios de Ocorrência Anormal, Relatórios com Lesão e de todo relatório da Companhia que possa permitir ao Sindicato o acompanhamento das condições de saúde e do ambiente de trabalho.

CIPA/CST - CURSOS E PALESTRAS

CLÁUSULA 84 - A Companhia se compromete a manter, em articulação com as CIPA's/CST's e os Sindicatos, a realização de cursos, palestras e seminários com a participação conjunta de representantes da Companhia e dos Sindicatos sobre os agentes com características tóxicas de suas matérias-primas e produtos, bem como os demais riscos presentes nos locais de trabalho e os meios necessários à preservação ou limitação de seus efeitos nocivos.

1º CONFUP

ÓRGÃOS OPERACIONAIS - ENFERMEIROS

CLÁUSULA 85 - A Companhia manterá, em seus órgãos operacionais, onde couber, até 2 (dois) empregados de nível médio da área de enfermagem por grupo de turno.

UNIDADE AÉREA DE SAÚDE

CLA 86 - A Companhia se compromete a implantar onde couber, e manter onde já existirem, unidade aérea de terapia intensiva, para todas as áreas de confinamento.

SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL

CLÁUSULA 87 - A Companhia manterá seus esforços de permanente melhoria das condições de segurança e saúde ocupacional, consoante o que estabelecem as suas políticas e diretrizes para estas funções.

Parágrafo 1º - A Companhia realizará programas de treinamento com vistas a promover a capacitação dos empregados e assegurar sua participação nos programas de segurança e saúde operacional.

Parágrafo 2º - A Companhia assegura o direito dos empregados às informações sobre os riscos presentes nos seus locais de trabalho, assim como às medidas adotadas para prevenir e limitar estes riscos.

COMISSÃO - MÉDICO, ENGENHEIRO DO TRABALHO E MINISTÉRIO PÚBLICO

CLÁUSULA 88 - A Companhia assegurará o acesso aos locais de trabalho de uma comissão formada por 1 (um) Médico do Trabalho e 1 (um) Engenheiro de Segurança do Trabalho, de cada parte, por esta indicados, para, na qualidade de representantes do Sindicato, do Ministério Público e da Companhia, verificarem as condições de saúde, higiene e segurança do trabalho.

ACESSO AO LOCAL DO ACIDENTE

CLÁUSULA 89 - A Companhia garantirá a presença de um representante dos Sindicatos na área onde ocorrer acidente, mediante a sua apresentação à gerência local.

FISCALIZAÇÃO/REPRESENTANTE

CLÁUSULA 90 - A Companhia permitirá que representantes dos empregados da mesma base territorial acompanhem a fiscalização, pelos órgãos competentes, dos preceitos legais e regulamentares sobre segurança e saúde do trabalhador.

EXAME MÉDICO - RESULTADOS

1º CONFUP

CLÁUSULA 91 - A Companhia assegura que a cada empregado será informado pelo seu órgão de Saúde Ocupacional, do resultado da avaliação de seu estado de saúde, e dos exames complementares a que foi submetido.

Parágrafo 1º - Sempre que solicitado por Médico do Trabalho do Sindicato, o órgão de Saúde Ocupacional da Companhia fornecerá, mediante autorização do empregado, os resultados dos exames e informações sobre a saúde, relacionados com suas atividades ocupacionais

Parágrafo 2º - Será implantada a Caderneta de Saúde do Trabalhador, que deverá conter os resultados dos exames médicos e de complemento de diagnóstico, além dos fatores de risco a que o trabalhador esteja exposto.

EXAME MÉDICO E ODONTOLÓGICO - NA APOSENTADORIA

CLÁUSULA 92 - A Companhia realizará exames médicos e odontológicos em todo empregado por ocasião da aposentadoria.

Parágrafo 1º - A Companhia manterá o direito ao exame médico periódico anual para os aposentados.

Par 2º - As despesas com tratamento, caso indicado, e desde que configurada doença profissional adquirida na Companhia, ocorrerão por conta da mesma

EQUIPE DE COMBATE A INCÊNDIO

CLAUSULA 93 - A Companhia comporá, onde couber, a primeira equipe de combate a incêndios de suas Organizações de Controle de Emergência, exclusivamente com pessoal da área de Segurança Industrial.

MONITORAMENTO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

CLÁUSULA 94 - A Companhia compromete-se a fazer monitoramento biológico, sempre acompanhado do ambiental, nos locais de manuseio ou presença de produtos químicos.

POLÍTICA DE SAÚDE DA COMPANHIA

CLÁUSULA 95 - A Companhia compromete-se a adotar uma nova Política de Saúde, priorizando as ações preventivas e aperfeiçoando as ações coletivas de saúde na assistência aos empregados.

POLÍTICA DE SEGURANÇA

CLAUSULA 96 - A Companhia garantirá aos seus empregados o direito fundamental de prestar serviços com segurança e dentro dos critérios de saúde ocupacional.

1º CONFUP

Parágrafo único - Não será permitido submeter o empregado a qualquer sanção disciplinar, quando este se recusar a trabalhar em situações que estejam em discordância com as normas de segurança e medicina do trabalho e do Ministério do Trabalho.

CAPÍTULO VIII- DAS INOVAÇÕES TECNOLOGICAS IMPLANTAÇÃO

CLÁUSULA 97 - A implantação de novas tecnologias de trabalho terá como objetivo o aumento da eficiência, da qualidade dos trabalhos, da competitividade, da segurança e saúde dos empregados.

Parágrafo único - A implantação de novas tecnologias que tragam alterações substanciais, será precedida de uma apresentação aos Sindicatos dos objetivos, avanços e ganhos sociais que tais melhorias acarretarão.

RELOCAÇÃO DE PESSOAL

CLÁUSULA 98 - A Companhia assegura que no seu esforço de modernização e dentro de sua política e busca de inovações tecnológicas, promoverá, quando necessário a relocação dos empregados envolvidos, garantindo ainda treinamento nas novas funções, respeitadas as respectivas condições específicas, tabelas salariais, e regimes de trabalho dessas novas funções.

Parágrafo único - Para tal a Companhia manterá programas de treinamento que atendam as novas necessidades determinadas.

CAPÍTULO IX - DAS RELAÇÕES SINDICAIS

LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES

CLÁUSULA 99 - A Companhia assegura a liberação de 3 (três) dirigentes sindicais, para cada Sindicato, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo único- Caberá ao Sindicato a indicação dos dirigentes a serem liberados.

LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES POR TRABALHADORES NA BASE

CLÁUSULA 100 - A Companhia assegura ainda aos sindicatos a liberação de mais 1 (um) dirigente, para cada dois mil trabalhadores vinculados a sua base territorial.

LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES / ENCARGOS

CLÁUSULA 101 - A Companhia assegura que assumirá os encargos previdenciários (INSS, PETROS e FGTS) dos dirigentes sindicais liberados sem remuneração.

Parágrafo 1º - O dirigente liberado na forma do caput terá garantida, quando de seu retorno, toda a progressão funcional do período do referido afastamento.

1º CONFUP

Parágrafo 2º - O dirigente liberado na forma do caput será mantido na folha de pagamento, repassado o custo correspondente para os sindicatos em desconto nas mensalidades sindicais.

LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES / FEDERAÇÃO

CLÁUSULA 102 - A Companhia assegura a liberação para a Federação Única dos Petroleiros, de 11 (onze) dirigentes, sem prejuízo da remuneração.

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

CLÁUSULA 103 – A Companhia descontará em folha normal de pagamento, observado seu cronograma operacional, as importâncias aprovadas nas Assembléias Gerais, como contribuição assistencial aos Sindicatos, desde que não haja oposição expressa e por escrito do empregado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis após o recebimento, pela Companhia, da comunicação do Sindicato.

COMISSÃO MISTA PARA ACOMPANHAMENTO DO ACORDO

CLÁUSULA 104 - A Companhia e os Sindicatos promoverão a instalação e funcionamento de comissão mista para acompanhamento e interpretação das cláusulas do presente instrumento, em reuniões a cada 2 (dois) meses.

CAPITULO X - DAS OUTRAS DISPOSIÇÕES

REINTEGRAÇÃO DOS DEMITIDOS DA REFORMA ADMINISTRATIVA DO GOVERNO COLLOR

CLÁUSULA 105 - A Companhia reintegrará todos os empregados demitidos do Sistema PETROBRAS.

Parágrafo 1º - Os empregados demitidos pela Reforma Administrativa do Governo Collor, ocorrida entre 16 de março de 1990 a 30 de setembro de 1992, serão reintegrados no prazo de 30 dias, independente da situação jurídica de cada empresa, da seguinte forma:

- a) O pagamento dos valores devidos em decorrência dessas reintegrações será efetuado através de uma primeira parcela correspondente a 10% do total devido e o saldo restante em 30 (trinta) parcelas mensais e sucessivas, atualizadas monetariamente, nas mesmas condições e critérios utilizados para os débitos trabalhistas, e compensadas as importâncias já recebidas por aqueles readmitidos
- b) Com a celebração deste Acordo, os empregados reintegrados desistirão, expressamente, das ações trabalhistas ajuizadas a este título, através de acordos homologados nos respectivos processos e darão quitação plena, rasa e geral, para nada mais reclamarem quanto a este assunto.
- c) Especificamente, com relação aos 103 empregados de Macaé, objeto de sentença do TST, a Companhia procederá o pagamento, na ação trabalhista, dos valores devidos em decorrência

1º CONFUP

dessas reintegrações, em 8 (oito) parcelas mensais e sucessivas, atualizadas monetariamente, nas mesmas condições e critérios utilizados para os débitos trabalhistas, compensadas as importâncias já recebidas por aqueles já readmitidos.

Parágrafo 2º - Incluem-se nesta cláusula os empregados, dirigentes e representantes sindicais, demitidos ou com contrato suspenso, por participação em movimentos políticos e/ou reivindicatórios.

MOTORISTAS: RESSARCIMENTO DE DANOS

CLÁUSULA 106 - A Companhia garante que seus motoristas profissionais ou condutores autorizados, não serão obrigados a ressarcir os danos causados em qualquer tipo de viatura que dirigirem, ficando, apenas, sujeitos, como todos os empregados as Normas de Relações no Trabalho.

INTERINÍVEIS

CLÁUSULA 107 - Dentro do prazo de vigência do Acordo a Companhia analisará a atual relação interníveis das escalas salariais, visando a possibilidade de promover eventuais adequações de caráter exclusivamente técnico, vinculadas à manutenção do equilíbrio remuneratório interno.

ANTECIPAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DOS APOSENTADOS

CLÁUSULA 108 - A Petrobrás e a Petros se comprometem a pagar o adiantamento de 50% (cinquenta por cento) dos benefícios dos aposentados, anistiados conveniados e pensionistas, no dia 10 de cada mês, e inclusive a antecipação do 13º salário, conforme procedimento adotado para os empregados.

CAPÍTULO XI: DA VIGÊNCIA

PRORROGAÇÃO, DENÚNCIA OU REVOCAÇÃO DO ACORDO COLETIVO

CLÁUSULA 109 - O procedimento de prorrogação, revisão denúncia ou revogação total ou parcial do presente, ficará subordinado às normas estabelecidas pelo artigo 615 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

VIGÊNCIA

CLÁUSULA 110 - O presente Instrumento vigorará a partir de 1º de setembro de 1995 até 31 de agosto de 1996.

1° CONFUP